

Motoristas de transporte escolar pedem crédito e isenção de IPVA

PROTESTO Parados desde o início da pandemia e fora da linha de auxílio emergencial do governo federal por terem renda acima de R\$ 28 mil, os motoristas de transporte escolar da Bahia ficaram sem renda durante a crise do coronavírus e o fechamento das escolas. Com dívidas, os motoristas formaram o Movimento SOS Transporte Escolar da Bahia, que protestou, ontem, em frente à Governadoria do estado para pedir aprovação de uma linha de crédito para a classe, a isenção do IPVA de 2021 e a dilatação do tempo de uso de veículos usados por eles, que, hoje, está em 15 anos.

De acordo com o movi-

mento, a aprovação da linha de crédito vai ajudar os motoristas a pagarem as parcelas de despesas com os veículos que estão atrasadas há meses, já que a maioria da classe trabalha com carros financiados, e os bancos continuam efetuando a cobrança dos vencimentos. A isenção do IPVA 2021 é cobrada por entender que a situação dos motoristas de transporte escolar é parecida com as dos ubers, taxistas e mototaxistas, que obtiveram a isenção.

“São quase 9 meses sem trabalho, sem renda. A gente vivia do transporte escolar. Sem ele, como é que paga financiamento, água, luz e feira? Não tem como”, falou



Manifestantes ficaram na frente da Governadoria na manhã de ontem

Tereza Cristina Nascimento, 53, motorista de transporte escolar, que vendeu o veículo para quitar as prestações e pagar as contas de casa.

A Secretária da Fazenda

do Estado da Bahia (Sefaz) afirmou que já existe uma linha de crédito para a classe e descartou a isenção do IPVA de 2021, reafirmando a ação de adiamento do de 2020.

PADEMIA Representantes da categoria querem inclusão em programas de crédito e benefícios

Condutores de transporte escolar reivindicam auxílio em protesto

ANDREZZA MOURA

Por mais de sete meses, os condutores de transportes escolares esperam resposta positiva para as reivindicações da categoria por parte do governador Rui Costa e do prefeito ACM Neto. Desde abril, eles tentavam sensibilizar as gestões estadual e municipal pelas dificuldades enfrentadas durante a pandemia.

Ontem pela manhã, após mais uma manifestação, em frente à Governadoria, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), eles foram recebidos por um representante da Secretaria de Relações Institucionais do Governo do Estado (Serin), que prometeu dar uma resposta na próxima semana.

"Quem me recebeu foi a Serin. Estaremos mais uma vez encaminhando um ofício, com os pleitos da categoria. E será passado para o secretário Jonival Lucas, na segunda-feira, para que possam encontrar uma forma de ajuda emergencial", explicou Cristiane Rodrigues, condutora e líder do movimento SOS Transporte Escolar Bahia.

Cristiane revela que o grupo tenta convencer o governador Rui Costa a assinar uma linha de crédito, na



Rafael Martins/ Ag. A TARDE

Manifestação ocorreu em frente à Governadoria, no CAB, e grupo foi recebido por um representante da Serin

Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), para os mais de 1,5 mil condutores. Ela conta que o valor solicitado gira em torno dos R\$ 10 mil a R\$ 15 mil para cada condutor.

"Alguns colegas tiveram que fazer acordo para devolver o carro, porque não podem pagar as prestações. Outros tiraram as faixas, a identificação, para usar os carros para vender verduras,

ovos, bolos", contou a líder do movimento.

Já para o prefeito ACM Neto, além de solicitar a inclusão dos veículos para serem utilizados nos serviços municipais, a categoria quer ser incluída no programa Salvador por Todos. "Pedimos para fretar os carros para levar EPI's (Equipamento de Proteção Individuais), para levar cestas básicas. Nossos carros têm condições de fa-

zer qualquer tipo de transporte", ressaltou.

"Queremos saber por que só nós, do transporte escolar, não tivemos ajuda. Ontem [quarta-feira], em entrevista ao vivo, o prefeito ACM Neto disse que enviará um projeto de lei para câmara municipal, incluindo o escolar no Salvador para todos, retroativo de 10 meses", disse a condutora.

Cristiane lembra que, em

tudo estado são mais de 1,5 mil condutores e que destes, apenas 5% têm outra renda e que a maioria está contando com ajuda de entidades que estão distribuindo cestas básicas. Em Salvador, são 720 condutores.

A reportagem entrou em contato com as secretarias de comunicação do governo do estado e da prefeitura, mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

CONSCIÊNCIA NEGRA

Unegro realiza a Lavagem da Estátua de Zumbi

MARIA PAULA MARQUES*

Há 12 anos realizada no Dia da Consciência Negra, a Lavagem da Estátua de Zumbi dos Palmares, este ano, aconteceu ontem, após ser adiada por conta das fortes chuvas na semana passada. Sob o mote "Vidas negras importam", o ato organizado pela União de Negros pela Igualdade (Unegro) percorreu as ruas do Pelourinho.

O grupo saiu da sede da Unegro e seguiu até o monumento, na Praça da Sé, sob brados de palavras de ordem como "igualdade" e "negros e negras nos espaços de poder", entoados entre versos do hino da África do Sul.

"É uma cidade de maioria negra populacional, mas não maioria política. Então, os meios e as condições continuam nas mãos dos detentores do poder da cidade: os brancos com seus privilégios", avalia o vereador Silvío Humberto, eleito para o terceiro mandato.

Eldon Neves, museólogo e presidente da Unegro da Bahia, relacionou a situação com a pandemia no Brasil. "É uma política de morte. O presidente apenas brinca e rida nas nossas vidas", acentua.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

MOBILIZAÇÃO

Grupo protesta contra racismo em mercado de Lauro de Freitas

VICTOR ROSA

Ativistas do movimento negro se reuniram em frente ao Atacadão da cidade de Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador, ontem, às 8h30, para ato contra a morte de João Alberto Silveira, o homem negro assassinado, no último dia 19, por dois homens, em um supermercado da rede Carrefour, em Porto Alegre (RS).

A movimentação foi organizada pelo Movimento

Aquilombar. Este é a segunda mobilização organizada pelo grupo, que também se reuniu, junto com a torcida antifascista do Bahia, no último domingo, em frente ao Atacadão da Avenida Bonocô, na capital baiana.

O ativista do Movimento Aquilombar, Vander Bispo, avalia como positivos os resultados que os protestos estão gerando, não só na Bahia, mas em todo Brasil.

"E a imprensa teve um papel muito forte no nosso la-

do, foi o que legitimou nossa luta. Conseguimos levar a repercussão necessária para impactar as pessoas sobre o caso", afirma Vander.

Os atos estão ocorrendo na Bahia em frente aos mercados Atacadão, por conta da empresa pertencer à rede Carrefour. Outras mobilizações estão ocorrendo, nos últimos dias, em todo o país, com o lema "Vidas Negras Importam. Justiça a João Alberto".

"Precisamos seguir mobi-



Movimento Aquilombar / Divulgação

Manifestantes em ato contra o assassinato de João Alberto

inseridos, em que a nossa desumanização e extermínio são elementos necessários para a manutenção da forma de exploração de via colonial que constituiu o capitalismo brasileiro".

A ação convocada pelo Movimento Aquilombar já conta com a adesão do Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe, da CSP-Conlutas, do Coletivo Negro Minervino de Oliveira e do coletivo Posse de Conscientização e Expressão (PCE).

OBITUÁRIO

BOSQUE DA PAZ

Jorge Franklin Amaral Dória faleceu no Hospital do Subúrbio, 69 anos, separado, natural de Salvador-BA

Maria Dalva de Oliveira faleceu no Hospital Geral Ernesto Simões Filho, 83 anos, viúva, natural de Paripiranga-BA

Ladislau Ferreira de Lima faleceu no Hospital Aristides Maltez, 71 anos, divorciado, natural de Feira de Santana-BA

José Milton da Conceição faleceu na UPA - São Marcos, 52 anos, casado, natural de

Jeremoabo-BA

Zelândia Maria Ramos dos Santos faleceu no Hospital da Bahia, 66 anos, casada, natural de Salvador-BA

Ulisses Antônio Souza Guedes faleceu no Hospital da Bahia, 54 anos, divorciado, natural de Salvador-BA

Idalto Monteiro faleceu no Hospital da Bahia, 77 anos, casado, natural de Ituberá-BA

Pedro Pujol Huguet faleceu em residência, 83 anos, casado, natural da Espanha

Annemarie Ott Almeida faleceu no Hospital Santa Izabel, 66 anos, casada, natural de Belmonte-BA

Jurgen Boksleitner faleceu no Hospital do Subúrbio, 75 anos, solteiro, natural da Alemanha

CAMPO SANTO

Lucilia Rodrigues dos Reis faleceu no Hospital do Subúrbio, 74 anos, natural de Irará-BA

Raimundo Nonato Ferreira Santos faleceu no Instituto Couto Maia, 72 anos, natural de Coaraci-BA

Sandy Matos Razoni faleceu em residência, 15 anos, natural de Salvador-BA

Eliene Maria Gonzaga faleceu no Hospital Geral Ernesto Simões, 60 anos, natural de Salvador-BA

Ada Ione Nunes da Silva faleceu no Hospital Português, 66 anos, natural de Itaju do Colônia-BA

Maria Rita Nascimento Viana faleceu no Hospital Teresa de Lisieux, 78 anos, natural de Gandu-BA

Oswaldo de Jesus

Mascarenhas faleceu no Hospital da Bahia, 79 anos, natural de Salvador-BA

Márcio Santos Costa faleceu em residência, 56 anos, natural de Salvador-BA

Antônio Ribeiro Silva faleceu em residência, 75 anos, natural de Simão Dias-SE

JARDIM DA SAUDADE

Tereza da Silva Nunes faleceu na UPA - São Cristóvão, 76 anos, casada, costureira, natural de Salvador-BA

Lina de Brito Ferreira

faleceu no Hospital Eládio Lasserre, 76 anos, solteiro, natural de São Gonçalo dos Campos-BA

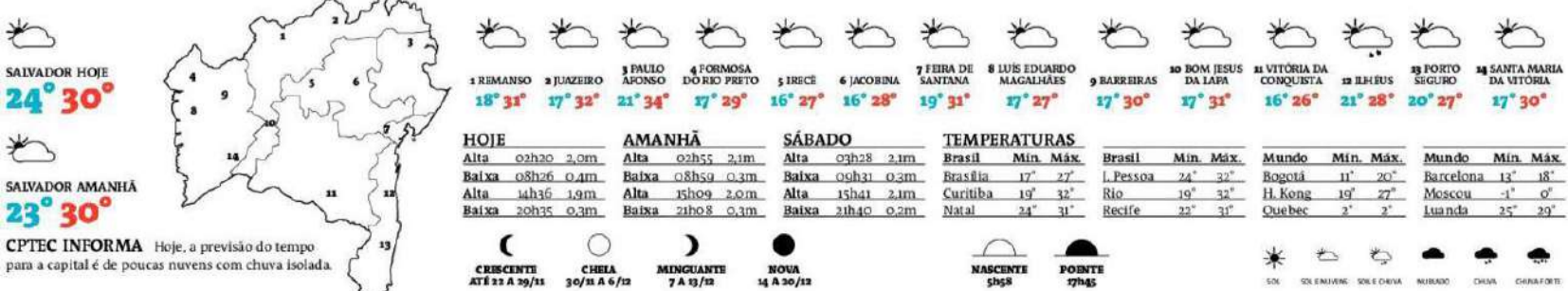
Antônio Serva Piedade faleceu no Hospital Municipal de Salvador, 75 anos, solteiro, natural de Salvador-BA

Evandro Teixeira de Oliveira faleceu no Hospital São Rafael, 84 anos, casado, contador, natural de Santo Amaro-BA

Vanilda Bueno de Magalhães faleceu no Hospital da Cidade, 84 anos, solteira, pedagoga, natural de Bom Jesus da Lapa-BA

CLIMA

salvador@grupoar.com.br



Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 26/11/2020	Página: 02

Tribuna

Nota premiada

Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até o dia 30 de novembro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no sorteio de dezembro da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF para participar dos sorteios e doar as notas para instituições filantrópicas. Todas as compras realizadas pelos participantes são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do sorteio. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados de dezembro serão conhecidos no dia 17/12.

Veículo: Acorda Cidade	Coluna:
Data: 26/11/2020	



Bahia

[Todas as notícias](#)

Publicado em 26/11/2020 07h28.

Notas com CPF emitidas até dia 30 concorrem a próximo sorteio da Nota Premiada

A Nota Premiada Bahia possui atualmente quase 576 mil participantes inscritos no site.



Foto: Elói Correa/GOVBA
Acorda Cidade

Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até o dia 30 de novembro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no sorteio de dezembro da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site da campanha e realizar compras com a inclusão do CPF para participar dos sorteios e doar as notas para instituições filantrópicas.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do sorteio. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados de dezembro serão conhecidos no dia 17/12 e o resultado será publicado no [site da campanha](#) e nas redes sociais (Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

A Nota Premiada Bahia possui atualmente quase 576 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.041 pessoas, das quais 659 moram na capital, 381 no interior e uma fora do estado. A Sefaz-BA sugere que os já inscritos atualizem os seus contatos cadastrais (telefones e e-mail) para facilitar a comunicação caso sejam contemplados em algum dos sorteios.

Solidariedade

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Hoje, o programa tem 541 entidades ativas. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para as instituições filantrópicas participantes.

Veículo: Agência Sertão	Coluna:
Data: 26/11/2020	



Notas com CPF emitidas até dia 30 concorrem a próximo sorteio da Nota Premiada

Por

Geovane Santos

-

26 de novembro de 2020 - 10:23



Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até o dia 30 de novembro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no sorteio de dezembro da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no [site da campanha](#) e realizar compras com a inclusão do CPF para participar dos sorteios e doar as notas para instituições filantrópicas.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do sorteio. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados de dezembro serão conhecidos no dia 17/12 e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais (Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

A Nota Premiada Bahia possui atualmente quase 576 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.041 pessoas, das quais 659 moram na capital, 381 no interior e uma fora do estado. A Sefaz-BA sugere que os já inscritos atualizem os seus contatos cadastrais (telefones e e-mail) para facilitar a comunicação caso sejam contemplados em algum dos sorteios.

Solidariedade

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Hoje, o programa tem 541 entidades ativas. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para as instituições filantrópicas participantes.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: Bahia Econômica	Coluna:
Data: 26/11/2020	



NOTAS CADASTRADAS CONCORREM A SORTEIO DA NOTA PREMIADA



26 Novembro, 2020

Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até o dia 30 de novembro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no sorteio de dezembro da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil.

Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no [site](#) e realizar compras com a inclusão do CPF para participar dos sorteios e doar as notas para instituições filantrópicas.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do sorteio. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados de dezembro serão conhecidos no dia 17/12 e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais (Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

A Nota Premiada Bahia possui atualmente quase 576 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.041 pessoas, das quais 659 moram na capital, 381 no interior e uma fora do estado. A Sefaz-BA sugere que os já inscritos atualizem os seus contatos cadastrais (telefones e e-mail) para facilitar a comunicação caso sejam contemplados em algum dos sorteios.

Solidariedade

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Hoje, o programa tem 541 entidades ativas. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para as instituições filantrópicas participantes.

Veículo: Bocão News	Coluna: Economia E Mercado
Data: 26/11/2020	



ECONOMIA E MERCADO

Notas com CPF emitidas até dia 30 concorrem a próximo sorteio da Nota Premiada



26 de Novembro de 2020 às 06:00 Por: Elói Corrêa/GOVBA Por: Redação BNews

Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até o dia 30 de novembro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no sorteio de dezembro da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site da campanha e realizar compras com a inclusão do CPF para participar dos sorteios e doar as notas para instituições filantrópicas.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do sorteio. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados de dezembro serão conhecidos no dia 17/12 e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais (Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

A Nota Premiada Bahia possui atualmente quase 576 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.041 pessoas, das quais 659 moram na capital, 381 no interior e uma fora do estado. A Sefaz-BA sugere que os já inscritos atualizem os seus contatos cadastrais (telefones e e-mail) para facilitar a comunicação caso sejam contemplados em algum dos sorteios.

Solidariedade

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Hoje, o programa tem 541 entidades ativas. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para as instituições filantrópicas participantes.

Veículo: Farol News	Coluna:
Data: 26/11/2020	



Notas com CPF emitidas até dia 30 concorrem a próximo sorteio da Nota Premiada

nov 26, 2020 | [Economia](#)



Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até o dia 30 de novembro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no sorteio de dezembro da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site da campanha e realizar compras com a inclusão do CPF para participar dos sorteios e doar as notas para instituições filantrópicas.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do sorteio. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados de dezembro serão conhecidos no dia 17/12 e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais (Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

A Nota Premiada Bahia possui atualmente quase 576 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.041 pessoas, das quais 659 moram na capital, 381 no interior e uma fora do estado. A Sefaz-BA sugere que os já inscritos atualizem os seus contatos cadastrais (telefones e e-mail) para facilitar a comunicação caso sejam contemplados em algum dos sorteios.

Solidariedade

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Hoje, o programa tem 541 entidades ativas. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para as instituições filantrópicas participantes.

Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Veículo: Gov Bahia	Caderno:
Data: 26/11/2020	



Notas com CPF emitidas até dia 30 concorrem a próximo sorteio da Nota Premiada

25 novembro 2020



Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até o dia 30 de novembro para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no sorteio de dezembro da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no [site da campanha](#) e realizar compras com a inclusão do CPF para participar dos sorteios e doar as notas para instituições filantrópicas.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada sempre uma semana antes da data do sorteio. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os contemplados de dezembro serão conhecidos no dia 17/12 e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais (Instagram [@notapremiadabahia](#) e [@sefazbahia](#), Facebook [@sefaz.govba](#) e Twitter [@sefazba](#)).

A Nota Premiada Bahia possui atualmente quase 576 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.041 pessoas, das quais 659 moram na capital, 381 no interior e uma fora do estado. A Sefaz-BA sugere que os já inscritos atualizem os seus contatos cadastrais (telefones e e-mail) para facilitar a comunicação caso sejam contemplados em algum dos sorteios.

Solidariedade

O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Hoje, o programa tem 541 entidades ativas. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 34,8 milhões para as instituições filantrópicas participantes.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: Site Folha do Estado	
Data: 25/11/2020	Caderno: Notícias



Última semana para inscrições do Fazcultura 2020

O Fazcultura tem efetivamente contribuído para a dinamização cultural da Bahia apoiando projetos em vários segmentos e práticas culturais

As inscrições para propostas culturais a serem apoiadas pelo Programa Estadual de Incentivo ao Patrocínio Cultural (Fazcultura) será encerrada na próxima terça-feira (1). As inscrições podem ser feitas pelo **Sistema de Informações e Indicadores em Cultura (SIIC)**.

O Governo da Bahia assegurou para o Fazcultura, em 2020, R\$ 15 milhões. A legislação do programa autoriza propostas de qualquer segmento cultural, podendo se inscrever pessoas físicas ou jurídicas, sediadas no estado da Bahia. O programa tem gestão compartilhada entre as **secretarias da Fazenda (Sefaz)** e de Cultura do Estado (Secult). O Fazcultura tem efetivamente contribuído para a dinamização cultural da Bahia apoiando projetos em vários segmentos e práticas culturais. A principal finalidade do programa é apoiar financeiramente projetos e atividades que se enquadrem na Política Cultural do Estado, a partir da Lei Orgânica de Cultura da Bahia (Lei 12.365/2011), ao tempo que possibilita a empresas patrocinadoras apostarem na cena cultural do estado, valorizando a marca e a responsabilidade social da empresa.

Inscrições

Para se cadastrar, deve ser feito o login no [site](#). Clicar em Inscrições Abertas – Linha de Apoio “FAZCULTURA”- em seguida “Inscrever-se”. O sistema é simples e auto-explicativo. Após a inscrição, o proponente receberá um e-mail automático, certificando a inscrição. Poderá ser apresentada mais de uma proposta por proponente e, em caso de aprovação, deverá o interessado realizar formalmente opção observados os limites de captação definidos nesta norma.

As áreas que podem receber incentivo via Fazcultura são: Acervos públicos e de interesse público; antiquários; arquitetura e urbanismo; arquivos; arte digital; arte-educação; arte pública; artes artesanais; artes cênicas; artes gráficas; artes plásticas; artes visuais; artesanato; associações culturais; audiovisual; bens culturais; bibliotecas; capacitação cultural; capoeira; centros culturais; cibercultura; cinema; circo; cooperação cultural; cosmologia; culturas digitais; culturas urbanas; dança; desenho industrial; design; economia criativa; economia da cultura; educação cultural; ensino da cultura; ensino das artes; equipamentos culturais; espaços culturais; espaços preservados; estudos da cultura; falares; feiras; festas populares; formação artística; formação cultural; formação de públicos culturais; formação de usuários de bens culturais; fotografia; gastronomia; gestão cultural; impressos e outros suportes; indústrias culturais; indústrias criativas; intercâmbio cultural; jogos eletrônicos; jornais; leitura; linguagem; línguas; livrarias; livro; literatura; manifestações culturais de gênero; manifestações culturais de orientação sexual; manifestações culturais etárias; manifestações étnico-culturais; manifestações populares; memória; memória artística; memória cultural; memória histórica; memoriais; mídias colaborativas; mídias interativas; mitos; moda; mostras culturais; museus; música; ópera; paisagens naturais; paisagens tradicionais; patrimônio imaterial; patrimônio material; patrimônio natural; periódicos especializados; pesquisa em cultura; políticas culturais; produção cultural; produção de conteúdo para rádio, televisão, telecomunicações e outras mídias; publicidade; redes culturais; redes sociais; restauração; revistas; ritos; saberes; salas de cinema; salas de teatro; sebos; serviços criativos; sistemas

culturais; sistemas de informação culturais; sítios arqueológicos; teatro; técnicas; tecnologias culturais; tradições; vídeo.

Ao Patrocinador

O Fazcultura, por meio de incentivo fiscal concedido pela Lei n° 7.015, de 09/12/1996, tem por objetivo promover as atividades culturais mediante parceria entre o poder público estadual – que disponibiliza até 80% dos recursos advindos da renúncia fiscal do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) e a iniciativa privada. Pessoas Jurídicas no Estado da Bahia, contribuintes do ICMS, podem financiar propostas culturais em qualquer segmento, no limite de até 80% do valor total do projeto.

Para receber o abatimento, é necessário que a empresa patrocinadora contribua com recursos próprios equivalentes a, no mínimo, 20% dos recursos totais transferidos à proposta. O abatimento é de até 3% do ICMS a recolher anualmente, independentemente do faturamento da empresa patrocinadora. O patrocinador interessado em apoiar uma proposta deve fornecer ao proponente carta em papel timbrado da empresa patrocinadora, assinada por representante legítimo, indicando o nome da proposta e do proponente.

Contato

Para obter mais informações sobre o Fazcultura, os interessados devem entrar em contato com a Central de Atendimento Integrado, pelo e-mail: atendimento@cultura.ba.gov.br.

Levi Vasconcelos



ANÁLISE POLÍTICA,
FATOS E CAUSOS

atarde.com.br/colunista/levivasconcelos
colunalevi@gmail.com

Ponte Salvador-Itaparica, Fiol e o Porto Sul, o redesenho da Bahia

Rui Costa visitou ontem o canteiro de obras do Porto Sul, em Ilhéus, algo simbólico, mas expressivo: a Bahia dá os primeiros passos na construção da logística que vai redesenhar o mapa econômico do estado.

O Porto Sul e a Ferrovia Oeste-Leste (Fiol), já liberada, construídos em cronogramas sincronizados com previsão para conclusão em meados de 2022, vão conectar o litoral baiano com o agronegócio no oeste, que hoje usa portos de Recife,

Vitória e Santos.

Segundo João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico do estado, ao longo dos mais de 600 quilômetros da Fiol há uma série de jazidas minerais, como prata, níquel e ferro, cuja exploração é emperrada pela falta de logística.

CASOABAFADO — Leão diz que a hora de essa área tirar o atraso chegou, é agora.

— Vamos apresentar um longo mix de oportunidades minerais num leque de abran-

gência de 80 quilômetros de cada lado da ferrovia. Isso numa área em que os índices de desenvolvimento econômico são dos mais baixos.

Como a pandemia e as eleições ocupam a mídia, a retomada não teve o destaque merecido, mas o deputado Tum (PSC), produtor de manga e uva em Casa Nova, hoje usando portos de Recife para exportar, diz que é um salto:

— Para nós, isso quer dizer que a Holanda e a Bélgica, nossos destinos mais frequentes, ficam mais próximas.



Gov-BA / Divulgação

Porto Sul: logística vai redesenhar mapa baiano

REGISTROS

Questão de ajuste 1

O presidente da Câmara de Ilhéus, César Porto (PDT), vereador reeleito, renunciou ao mandato. Esquisito? Questão de ajuste. Ele é da PM. Vai reassumir, se apresenta e em 1º de janeiro volta para a Câmara. Que tal?

Questão de ajuste 2

Já o presidente da Câmara de Campo Formoso, José Augusto Carvalho Pereira, o Zé Lambão (PSD), foi acusado de espancar a filha, se reelegeu, mas se estrepuou com a PF. Foi preso acusado de integrar uma quadrilha de tráfico internacional de drogas. Por conta das esmeraldas, Campo Formoso recebe muitos estrangeiros.

Edvaldo homenageado

Aos 83, já indo para o terceiro mandato como vereador em Salvador, onde também foi prefeito, o professor Edvaldo Brito (PSD) só vai esperar a pandemia passar para receber do TJ, aprovada unanimemente, a Medalha do Mérito Judiciário Ruy Barbosa.

Rio de Contas

A chuvarada que bateu no sertão baiano encheu tanto a Barragem de Pedras, em Jequié, que as comportas tiveram que ser abertas. Resultado: o rio encheu e causa problemas nas cidades que ele corta. Em Ipiáú, há 35 desabrigados.

Os torcedores número um

Dizem nas redes que os grandes torcedores das urnas de domingo em Feira de Santana e Vitória da Conquista, ambos rogando pelas derrotas dos prefeitos Colbert Martins (MDB) e Herzem Gusmão (MDB), são Elisângela Santos Araújo, de Valente, e Luiz Augusto, ex-deputado que perdeu em 2018.

Ela é do PT e será herdeira da vaga de deputado federal se Zé Neto vencer em Feira. E Luiz, que é do PP, a de Zé Raimundo se ele ganhar em Conquista.

Esperando o segundo turno

A quase nova onda de Covid que fustiga a Bahia desanimou os que estavam empolgados com a volta das sessões presenciais na Assembleia.

Mas lá se diz que presencialmente ou não, com ou sem Covid, assim que o segundo turno passar, com as definições em Feira e Conquista, o rolo vai começar.

Pauta: o PP de João Leão vai querer ficar com o comando da Assembleia, apesar do acordo dizendo que a vez é do PSD de Otto Alencar.

Targino nega acordo com PP

O ex-deputado Targino Machado nega categoricamente que tenha decidido apoiar Zé Neto (PT) contra Colbert Martins (MDB) no segundo turno em Feira de Santana em troca do apoio do PP de João Leão para o filho dele, Tarcísio Pedreira (SD), prefeito eleito de São Gonçalo dos Campos.

— A primeira vez que conversei (com Rui Costa), presencialmente ou não, foi no dia 16, um dia após a eleição. O PT de São Gonçalo esteve no palanque contra o do meu filho.

Fernando Gomes agradece a Deus pela derrota agora

Cinco vezes prefeito de Itabuna, três vezes deputado federal, aos 81 anos, Fernando Gomes, que tentou um sexto mandato este ano e perdeu, postou vídeo agradecendo a 'Deus e a Nossa Senhora que me guiam', por perder a eleição.

— Fui perseguido por vários setores, a Justiça, o Ministério Público e os politiquieiros. Mas saio alegre. Depois de 81 anos, vou viver um pouco mais para mim.

Ele é um dos fundadores do velho MDB, a única alternativa para os opositores da ditadura militar instalada em 1964, e estava em cena como um dos últimos representantes dessa era. Cheio de processos, perdeu a chance de sair pela porta da frente, desistindo da disputa, como chegou a anunciar. Sai pela dos lados.

Vantagem exclusiva
na Black Friday é ter
Credcesta VISA.

Servidor público, aproveite a Black Friday com seu Credcesta VISA.

Compre em estabelecimentos físicos e on-line, com os benefícios exclusivos que só o Credcesta tem pra você.



credcesta

VISA

ECONOMIA & NEGÓCIOS

IBGE Um quarto da população estava abaixo da linha de pobreza em 2018

www.atarde.com.br/economia

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA, FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

2021: com ou sem emoção

Como será 2021? Com ou sem emoção? A resposta é imediata: será com emoção e muita! Para começar, o 1º trimestre será marcado pela expectativa da aplicação da vacina, o que vai gerar muita turbulência, mas provavelmente até o final do 1º semestre a maioria da população estará imunizada. Com a vacina, a economia, que já está crescendo, vai deslançar. O problema é que do lado de fora da casa Brasil tem um fantasma e um dragão batendo na porta. Enquanto o ministro Paulo Guedes fica "rolando le-ro", o fantasma do desemprego está assustando a casa inteira e o dragão da inflação ameaça tocar fogo nela. O fantasma é assustador, especialmente porque a população desempregada não irá contar mais com o auxílio emergencial, mas, apesar disso, vencida a pandemia e com a população de volta às

ruas, a economia vai responder positivamente aumentando a produção, já que existe uma demanda reprimida na classe média e certo nível de poupança que vai desaguar no consumo e no investimento. E essa retomada pode acalmar um pouco o fantasma do desemprego, ainda que em nível bem inferior às necessidades.

O problema é que o previsível aquecimento da eco-

nomia no 1º semestre de 2021 vai ser como gasolina nas labaredas ainda timidas que estão saindo da boca do dragão. A inflação, medida pelo IPCA, que em agosto ficou em apenas 0,24%, pulou, em setembro, para 0,94% e a prévia de outubro, divulgada na última terça-feira, bateu em 0,81%, a maior variação para um mês de novembro desde 2015. E essa inflação já não está restrita apenas aos alimentos, mas já se disseminou por vários segmentos.

A taxa acumulada pelo IPCA-15 em 12 meses já atingiu 4,22% em novembro, ou seja, acima da meta de 4,0% perseguida pelo Banco Central em 2020, embora dentro do intervalo de tolerância. Não é difícil explicar o avanço da inflação, afinal o governo injetou bilhões na economia sem lastro produtivo e isso gera inflação ou descontrole nas contas públicas.

Descontrole

Além disso, a cotação do dólar, que era de R\$ 4 em agosto de 2019 e pulou para R\$ 5,40, um aumento de 35% e isso jogou nas alturas o preço de insumos e matérias-primas importadas. Com o aquecimento da demanda, ou os empresários repassam o aumento do câmbio para os preços ou vai faltar produto, ou melhor, já está faltando.

E isso sem contar a pressão nos alimentos, pois com o dólar nas alturas e a China comprando tudo é muito melhor exportar do que vender aqui dentro. Em resumo: a retomada da economia no 2º semestre já mostra como será 2021: ampliação, ainda que insuficiente, nas vagas de emprego em vários setores e crescimento nos índices inflacionários. Pois é, se nada for feito, emoção é o que não vai faltar em 2021.

O previsível aquecimento da economia no 1º semestre de 2021 vai elevar a inflação

Dia da Consciência Negra

Em 2019, cerca de 23% da população baiana era composta de pessoas pretas, equivalente a 3,3 milhões de pessoas. Se forem incluídos também as pessoas que se declaram pardas, o percentual sobe para 80% da população ou 11,9 milhões de pessoas. Em Salvador quase 40% da população se considera preta, a maior proporção entre as capitais brasileiras, equi-

valendo a 1,2 milhão de pessoas. Se forem incluídas as pessoas que se declaram pardas, Salvador transforma-se na Roma Negra com cerca de 85% de sua população identificando-se assim.

Os governos precisam adotar essa estatística e gerar políticas públicas mais focadas. E a economia precisa perceber que o mercado afro é o que mais cresce.

Ranking dos supermercados

Um leitor pede o ranking dos supermercados na Bahia. Lembra que o mercado baiano é servido por grandes redes nacionais cujas sedes ficam em outros estados. Mas, adotando como parâmetro ter sede na Bahia, as cinco maiores redes de supermercados são: Atakarejo, 22º maior rede do país, com faturamento de cerca de R\$ 2 bilhões e 4,2 mil empregados.

Em seguida vem a Rede Mix, 64º no país, com faturamento de R\$ 650 milhões e 1,6 mil trabalhadores e o Hiperideal, R\$ 600 milhões e 1,8 mil pessoas. Em 4º lugar está a rede Novo Mix, com faturamento de R\$ 400 milhões e 1,1 mil trabalhadores e em 5º o supermercado Itão, de Itabuna, com receita de R\$ 150 milhões e empregando 500 pessoas.

PROMOÇÕES A Associação Brasileira de Shopping Centers estima crescimento positivo em vendas para este período

Black Friday começa com boa expectativa

MARJORIE MOURA

A pandemia acelerou os hábitos de consumo online dos brasileiros. Nunca se comprou tanto em sites e aplicativos e a expectativa é que as vendas na Black Friday deste ano superem os recordes das edições anteriores. Mas as vendas nas lojas físicas também vão atrair o consumidor aos shoppings centers da cidade com promoções para a data.

Durante a campanha, a expectativa da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasc) é de um crescimento de 0,5% em vendas, comparado ao período no ano passado. Este percentual é o mesmo esperado por alguns empreendimentos. Ainda segundo a Associação, os segmentos mais aquecidos serão eletroeletrônicos, moda e vestuário.

No Shopping Bela Vista, a Bela Blue Week vai acontecer até 29 de novembro com descontos de até 70%. "Vamos promover promoções imperdíveis e a segurança de realizá-las no shopping, que agora tem a certificação do selo de segurança e saúde SafeGuard", afirma o superintendente Vaneilton Almeida. A expectativa do shopping é que durante o período haja um aumento de 15% no fluxo e 5% nas vendas, impulsionados pelas ofertas e também pela campanha de Natal que está com a promoção das latas de panetone em parceria com a OSID. A cada R\$ 200 em compras, o cliente ganha 80% de desconto para adquirir o panetone (que sai a R\$ 15) e, durante a promoção, os cupons valem o triplo.

O Barra Friday segue até o dia 29 de novembro. Em suas redes sociais, os clientes já podem encontrar algumas das ofertas garimpadas pela influenciadora digital Thyza Ferreira em segmentos diversos. "São descontos em produtos e serviços de todos os segmentos do nosso mix



Os lojistas utilizam a data para manter o impulso de retorno à normalidade das atividades comerciais

Shoppings centers também usam tecnologia virtual e influencers

Black Friday começa em meio às promoções de vendas natalinas

com até 70% off", explica Karina Brito, gerente de Marketing do Shopping Barra. No mês de novembro, o Barra também apoia o Afro Fashion Day, projeto que exalta empreendedores e profissionais negros no segmento da moda.

Plataformas

Durante a Black Friday, os clientes do Salvador Shopping e Salvador Norte Shopping conferem itens com descontos de até 70%. Nos centros de compras, a liquidação será estendida até domingo, 29. Este ano, além da possibilidade das compras no mall, os empreendimentos possuem multicanais que ajudam a estreitar ainda mais o relacionamento com o cliente, além de comple-

mentar a venda física. Plataformas integradas de vendas, Drive Thru, Delivery, Armários Inteligentes para retirar as compras via smartphone são algumas das soluções tecnológicas e opções para o período da Black Friday. Até o dia 30 de novembro, os empreendimentos promovem em suas plataformas digitais a campanha "Tá On", com ofertas especiais e produtos entregues em até 48 horas na casa do cliente ou a possibilidade de realizar a retirada nos pontos Drive Thru. As ofertas podem ser conferidas no www.salvadorshoppingonline.com.br e www.salvador-norteonline.com.br e nos aplicativos.

No Shopping Itaigara, até 28 de novembro os clientes

poderão aproveitar as ofertas com até 70% de desconto e garantir os presentes para o Natal ou aquele objeto de desejo com as melhores condições. "Estamos com uma expectativa boa de vendas", afirmou Gilson da Hora, gerente de Marketing do Itaigara.

Com até 70% de desconto, as lojas do Boulevard Shopping Camaçari realizam a Black Friday nesta sexta-feira, 27, com oferta de produtos e serviços para todos os públicos: de crianças a adultos. Além das ofertas da Black Friday, os clientes ainda podem participar da promoção natalina de sorteios "Compre e Concorra". Para concorrer aos prêmios, é necessário realizar compras no valor de R\$ 100.

DICAS PARA A LIQUIDAÇÃO

PREÇO
É importante fazer pesquisa do produto para conferir se há desconto.

SEGURANÇA
Pesquise se o site onde pretende realizar a compra possui boa reputação, se possui o cadeado no canto superior esquerdo, na barra de endereço.

CARTÃO DE CRÉDITO
Opte por usá-lo, pois ao constatar fraude, é mais fácil para cancelar a aquisição. Confira também as características do produto, o preço e a forma de pagamento

PROVA
É imprescindível guardar os comprovantes de pagamento, e-mails, mensagens e número de protocolo. Se o produto apresentar defeito, o fornecedor tem 30 dias para sanar o vício. Prazo de arrependimento: 7 dias

LOJA FÍSICA
Observe se o produto está com a etiqueta de promoção com o preço anterior comparando os valores

ELETRÔNICO
Ao comprar um produto como televisão ou smartphone, peça para testar

FONTE: ADVOGADA CRISTIANA SANTOS, ESPECIALISTA EM DIREITO DO CONSUMIDOR E EX-SUPERINTENDENTE DO PROCON/BA

Artigo Fábio Martins

O empreendedorismo pós-pandemia

O brasileiro sempre teve o sonho de ser dono do próprio negócio. Afinal, na lista de desejos está atrás apenas de comprar um carro, viajar pelo Brasil e ter a casa própria, segundo o relatório anual do Global Entrepreneurship Monitor (GEM).

Mesmo sabendo que todo empreendedor tem no seu DNA a motivação para superar obstáculos, ninguém poderia prever um cenário tão desafiador, principalmente para os micro e pequenos empresários.

Com a pandemia e a consequente redução dos postos de trabalho em todo o país, o empreendedorismo por necessidade - ou seja, aqueles que viram empreendedores pela falta de oportunidades de emprego - se transformou em uma importante alternativa de renda. Somente nos 9 primeiros meses de 2020, o número de registros de MEIs (microempreendedores individuais) no Brasil cresceu 14,8%, com

1.470,484 novas empresas, quando comparado com o mesmo período de 2019, chegando a 10,9 milhões de registros, de acordo com o Portal do Empreendedor.

A pandemia modificou uma série de hábitos nas formas de vender, comprar e trabalhar. Se adaptar às inovações tem se mostrado uma atitude cada vez mais necessária para os empreendedores que desejam expandir suas organizações e conquistar melhores resultados.

O trabalho remoto, foi uma

Se adaptar às inovações tem se mostrado uma atitude cada vez mais necessária

alternativa necessária durante o período de distanciamento social para muitos profissionais, e o que antes era visto como algo que poderia baixar a produtividade ou o desempenho da equipe, apresentou bons resultados para muitas empresas.

O delivery que durante muito tempo foi somente mais um canal de venda, se tornou quase obrigatório e praticamente o único meio de contato físico com o cliente, exigindo uma profissionalização cada vez maior dos colaboradores que entregam os produtos e das embalagens.

A adoção às soluções digitais foi algo que ajudou muitas empresas a permanecerem no mercado. Inclusive, muitas das empresas que já contavam com essas ferramentas não sentiram tantas

dificuldades com a gestão de equipe, clientes e finanças, ao longo da pandemia. Segundo a ABCOMM (Associação Brasileira de Comércio Eletrônico), desde o início da pandemia mais de 135 mil lojas aderiram às vendas pelo comércio eletrônico para continuar vendendo e se mantendo no mercado, e o faturamento do e-commerce cresceu 56,8% neste ano, chegando a R\$ 41,92 bilhões.

Sabemos que as crises são sempre catalisadoras de inovações e essa revolução mercadológica foi um combustível e tanto para essa aceleração. Uma coisa é certa, os modelos de negócios mais flexíveis e com melhor capacidade de adaptação terão maiores vantagens em relação aos demais, pois conseguirão ajustar seus processos de forma mais rápida e precisa ao mercado em constante mutação.

FÁBIO MARTINS É CEO DA PROJEX CONSULTORIA

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br @satelite

●● O mundo perdeu uma lenda. Maradona era um gênio da bola e, mesmo com toda rivalidade, os brasileiros sabem reconhecer o talento desse craque. Um abraço sincero em nossos hermanitos ACM Neto

Prefeito de Salvador

Cerco judicial

A Justiça intensificou o cerco contra três advogados suspeitos de liderar um esquema de fraude e falsificação de processos movidos em cidades do interior contra concessionárias de serviços públicos, em especial, as quatro maiores operadoras de telefonia do país - Vivo, Claro, TIM e Oi. Nas últimas semanas, duas magistradas de Conceição do Coité, foco do esquema, expediram ao menos seis ofícios para alertar a Polícia Civil e o Ministério Público do Estado (MP) sobre indícios de fraude em ações apresentadas pelo trio em nome de consumidores supostamente cooptados por eles. As juízas Adriana Quinteiro e Michelline Trindade, lotadas na 2ª e 1ª Vara do Sistema de Juizados Especiais de Coité pedem ainda que, além da polícia e do MP, o recém-criado Núcleo de Combate às Fraudes do Tribunal de Justiça da Bahia também investigue o caso.

PARA RELEMBRAR

Revelado pela Satélite em 22 de setembro, o esquema causou prejuízos milionários em indenizações sobre processos montados, muitas vezes, com documentos falsos ou adulterados.

Cobrança de fatura

A ofensiva lançada pelas duas juízas resultou também na imposição de multas por litigância de má fé, ou seja, uso de processo de forma abusiva e ilegal. Contudo, a punição não atingiu os advogados alvos de inquérito que tramita na Delegacia de Conceição do Coité. As multas serão cobradas dos beneficiários das ações que tiveram indícios de fraude detectados - a maioria, gente pobre e moradores da zona rural da seduzidos com promessas de ganhos fáceis.

Pé na tábua

Segundo apurou a coluna, a delegada titular de Coité, Ludmila Andrade de Araújo, pretende concluir o inquérito sobre os advogados denunciados já na próxima semana. A expectativa é a de que a Promotoria do município ofereça à Justiça, em curto prazo, uma denúncia criminal contra os três.

Quatro em um

Caso a Justiça acate o pedido, os suspeitos de liderar o esquema poderão responder por quatro crimes: falsificação de documento particular, falsidade ideológica, uso de documento falso e fraude processual.

No topo

O advogado baiano Ruy Andrade conquistou o prêmio de Advogado Mais Admirado do estado no novo anuário Análise Advocacia 500, ranking de maior relevância para o mercado jurídico brasileiro. Membro do Conselho de Administração do Grupo PetroBahia, Andrade também ficou na terceira colocação entre os advogados mais bem avaliados do país na área de petróleo e gás.

De carona

Na Esplanada dos Ministérios, o périplo do governador Rui Costa (PT) em Ilhéus, ontem, foi tratado como ponga em navio alheio. Primeiro, porque a visita foi ao terminal portuário privado que será erguido pela Bamin, e não o antigo projeto do Porto Sul, como foi vendido. Segundo, porque o governo não colocou um centavo na obra, bancada com recursos da mineradora.

Dívida Pública Federal sobe 2,47% em outubro

GASTOS DO GOVERNO A necessidade de recursos em caixa para cobrir os gastos extras com a pandemia continuou a pressionar a dívida pública em outubro, com o Tesouro Nacional emitindo títulos em níveis recordes. A Dívida Pública Federal (DPF) subiu, em termos nominais, 2,47%, passando de R\$ 4,527 tri para R\$ 4,638 tri.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), que é a parte da dívida pública em títulos no mercado interno, subiu 2,48% em outubro, de R\$ 4,281 trilhões para R\$ 4,387 trilhões.

A alta deve-se, segundo o Tesouro, à emissão líquida de R\$ 76,79 bilhões na DPMFi. Além disso, houve a apropriação positiva de juros (quando os juros da dívida são incorporados ao total mês a mês), no valor de R\$ 29,25 bilhões.

A emissão líquida de títulos da Dívida Pública Mobiliária Interna deu-se pela diferença entre o total de novos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional - R\$ 173,26 bilhões - em

relação ao volume de títulos resgatados (embolsado pelos investidores), que somou o total de R\$ 96,47 bilhões.

De acordo com o Tesouro Nacional, as emissões totais em outubro atingiram o maior nível para um único mês desde o início da série histórica, em 2006. O recorde anterior era de julho de 2020, quando o Tesouro havia posto em circulação R\$ 156,4 bilhões em títulos.

A alta de cerca de 2% do dólar em outubro fez o estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFe), em circulação no mercado internacional, subir 2,32%, de R\$ 245,89 bi em setembro para R\$ 251,59 no mês passado.

Este ano, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá ficar entre R\$ 4,6 trilhões e R\$ 4,9 trilhões, segundo a versão revisada do Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2020, apresentada em agosto.

As instituições financeiras foram as principais detentoras da Dívida Pública Federal

interna, com 28,1% de participação no estoque. Os fundos de investimento, com 25,8%, e os fundos de pensão, com 23,4%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

A participação dos não residentes (estrangeiros) subiu de 9,4% para 9,8%. Em julho, o indicador chegou a cair para 9%, o nível mais baixo desde meados de 2009. Nos últimos meses, os investidores internacionais tinham se desfeito de títulos da dívida interna brasileira, por causa da pandemia de covid-19 e da crise econômica global. Os demais grupos somam 12,9% de participação.

Quanto à composição da DPF de acordo com os tipos de títulos, a fatia dos papéis corrigidos pela taxa Selic (juros básicos da economia) caiu, de 36,77% para 36,3% do total da dívida. Em seguida, vieram os papéis prefixados, cuja participação aumentou de 32,66% para 32,8%, devido principalmente à elevada emissão líquida no mês.

Em outubro, o Tesouro emitiu R\$ 38,37 bilhões de papéis prefixados a mais do que resgatou. No mesmo mês, o governo emitiu R\$ 16,38 bilhões em títulos.

4,638

trilhões de reais foi o valor alcançado pela dívida pública em outubro

76,79

bilhões de reais foram emitidos pelo Tesouro na Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi). De acordo com a instituição, as emissões totais em outubro atingiram o maior nível para um único mês desde o início da série histórica, em 2006.

251,59

bilhões de reais foi o estoque Dívida Pública Federal Externa (DPFe), em circulação no mercado internacional.

Brasil tem a 2ª maior alta de preços no mundo para atacado

PESQUISA O aumento dos preços no atacado no Brasil é o segundo maior do mundo, atrás apenas da alta de preços na Argentina, mostra um levantamento da economista-chefe da gestora de investimentos Armor Capital, Andrea Damico. A comparação foi feita com base nos índices de preços ao produtor (PPI, na sigla em inglês) de 82 países.

No caso brasileiro, foi considerado o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que está dentro do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

No acumulado em 12 meses até setembro (dado que consta no estudo), o aumento de preços chega a 26,03%. Mas a FGV já publicou o resultado de outubro, o que levou o acumulado a 31,05%, não muito distante do resultado da Argentina no mesmo período (39,2%).

Os índices de preços no atacado captam o custo dos processos de produção - preço de matérias-primas e de produtos intermediários usados pelas indústrias. No Brasil, a desvalorização do real deixa os insumos importados mais caros.

Tribuna

INFRAESTRUTURA

Rui visita obras do Porto Sul em Ilhéus e intervenções são iniciadas

O governador Rui Costa esteve em Ilhéus nesta quarta-feira (25), quando visitou o canteiro de obras do Porto Sul. O momento marca o início dos serviços no

porto, mais exatamente no local onde será construída a ponte sobre o Rio Almada, que terá acessos pela BA-001 e BA-262. Nesta etapa da obra serão construídas vias, instalação de sinalização, pontes, implantação de redes elétrica e de água, entre outras ações. Concluída essa fase, será iniciada a construção e desenvolvimento da estrutura do empreendimento.

As obras iniciais do Porto Sul devem ser concluídas em abril de 2022,

que representa o sistema viário interno com ligação a Ferrovia Oeste-Leste (FIOL). O cronograma das duas obras está sendo realizado em sincronia.

"Hoje é um marco para o início das obras. A ponte será a primeira edificação desse projeto e, a partir daqui, teremos todo o sistema viário que vai conectar o Porto Sul às diversas rodovias que dão acesso a essa região. Essas obras internas serão concluídas até meados de 2022. Paralelo a esse início de

obras, estamos acompanhando outra obra importante.

Esta semana esteve com o ministro da Infraestrutura para acompanhar o processo de licitação para a conclusão da FIOL, que falta 25% das obras a serem concluídas, entre Ilhéus e Caetité", destacou o governador.

Ainda segundo Rui, "essa licitação trará sentido a esse grande projeto, materializando um sonho não só da região sul mas de todo o oeste e de todo

o interior da Bahia. Significa a integração do estado, que trará mais oportunidades de emprego e renda para os baianos".

O terminal portuário permitirá a ampliação do corredor logístico na Bahia viabilizando também a atração de novos negócios para a região. O Porto Sul é um investimento realizado pelo Governo do Estado e pela Bahia Mineração (Bamin), que conta com recursos de R\$ 2,5 bilhões. A obra gera 400 empregos diretos quando alcançar o pico, e

outros 1.200 postos de trabalho indiretos.

O secretário estadual de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, também ressaltou que a obra trará um crescimento para toda a Bahia. "Além disso, a obra vai gerar crescimento para o centro-oeste do Brasil, que terá um corredor de exportação bastante competitivo e moderno. A FIOL termina ano Porto Sul, então é por aqui que serão escoadas as cargas transportadas pela ferrovia", explicou.

CENTRAL FOTOVOLTAICA JUAZEIRO SOLAR III S/A - CNPJ: 24.258.773/0001-22 - Comunicado Redução Capital Social - A Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III S/A (CFJS) tem a honra de informar que realizou a redução do capital social da empresa em R\$ 10.285.000,00 (dez milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos) para R\$ 20.743.999,77 (vinte e seis milhões, setecentos e sessenta e sete mil, novecentos e noventa e um reais e setenta e oito centavos) por ser considerada elevada para a prática de sua atividade social, na forma como estabelecido nos artigos 1.042, II e 1.043 do Código Civil Brasileiro e iniciada a publicação do presente edital, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Tribuna

Brasil tem segunda maior alta de preços no atacado

Índices de preços no atacado captam basicamente o custo dos processos de produção, como de matérias primas

THAÍS BARCELLOS, O ESTADO DE S. PAULO

O aumento dos preços no atacado no Brasil é o segundo maior do mundo, atrás apenas da alta de preços na Argentina, mostra um levantamento da economista-chefe da gestora de investimentos Amor Capital, Andrea Damico. A comparação foi feita com base nos índices de preços ao produtor (PPI, na sigla em inglês) de 82 países.

No caso brasileiro, foi

considerado o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que está dentro do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). No acumulado em 12 meses até setembro (que é o dado que consta no estudo), o aumento de preços chega a 26,03%. Mas a FGV (FGV) já publicou o resultado de outubro, o que levou o acumulado a 31,05%, não muito distante do resultado da Argentina no mesmo período (39,2%).

Os índices de preços no atacado captam basicamente o custo dos processos de produção - como os preços das matérias-primas e de produtos intermediários usados pelas indústrias, por exemplo. Esses custos têm subido por vários motivos, sendo um dos principais a desvalorização do real, que torna mais caros os insumos importados.

Por conta das condições atuais da economia brasileira, principalmente o desemprego em alta, tem

sido difícil repassar a totalidade desse aumento de custos aos consumidores. Daí a diferença entre os indicadores: enquanto o IGP-DI acumula mais de 30% de aumento em 12 meses, o IPCA, índice oficial de inflação do País, está em 3,92% nesse mesmo período. A preocupação dos analistas é por quanto tempo será possível segurar esse repasse do atacado para o varejo, se as condições econômicas se mantiverem deterioradas por um período muito

longo.

Em seu levantamento, com dados compilados pela plataforma CEIC, ligada ao grupo ISI Emerging Markets, Andrea só comparou os países que tinham dados para os meses de setembro ou outubro. Isso porque, a depender do local, esse indicador é informado com defasagem. Na União Europeia, por exemplo, o último número disponível é o de setembro. A Venezuela é, disparado, o país com maior alta de preços (258%) -

mas o último dado disponível é de janeiro.

"Na comparação com os PPIs dos países do mundo, o Brasil perde para Venezuela e Argentina. O que a gente tem aqui é diferente do resto do mundo, mesmo dos emergentes. Depois do Brasil, tem a Turquia, com 18%, que subiu praticamente 5 pontos percentuais de juros na semana passada. A maioria dos emergentes está oscilando entre zero e 5% de PPI. Não existe paralelo do nosso choque de

Veículo: Bahia Econômica	Coluna:
Data: 26/11/2020	



GASOLINA TEM REAJUSTE DE 4% E DIESEL 5% EM REFINARIAS



26 Novembro, 2020

A Petrobras anunciou às distribuidoras que vai aumentar a gasolina em 4% e o diesel em 5% a partir da quinta-feira, 26, nas suas refinarias. O diesel marítimo será ajustado em 5,4%.

Em localidades como Manaus e Itacoatiara o ajuste do diesel será de R\$ 0,1399 por litro, informou a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom).

Segundo o presidente da Abicom, Sérgio Araújo, mesmo com o ajuste as importações de combustíveis seguem inviabilizadas em todos os portos brasileiros.

“O preço do óleo diesel no mercado internacional segue a escalada do petróleo. Desde a data-base para o reajuste do dia 12, o PPI para diesel teve alta de +R\$0,23/L, sem acompanhamento do movimento nos preços domésticos”, disse Araújo.

Com a alta anunciada, a defasagem dos dois combustíveis (gasolina e diesel) ainda apresenta diferença de R\$ 0,15 por litro em relação ao mercado internacional, diz Araújo ao Estadão.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 25/11/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 25 de Novembro de 2020 - 18:40

Dívida pública federal sobe 2,5% para R\$ 4,6 tri com custo maior e prazo menor

por **Bernardo Caram** | Folhapress



O estoque da dívida pública federal aumentou 2,5% em outubro, alcançando R\$ 4,64 trilhões, informou o Tesouro Nacional nesta quarta-feira (25). O movimento veio acompanhado de elevação no custo dos títulos para o governo federal e encurtamento do prazo médio de vencimento dos papéis.

De acordo com o Tesouro, o cenário é fruto das pressões inflacionárias e das incertezas em relação ao rumo da política fiscal do Brasil.

Durante a pandemia do novo coronavírus, o governo ampliou expressivamente suas despesas para mitigar efeitos do vírus na saúde pública e na economia. Para o encerramento do ano e a entrada em 2021, crescem as pressões para que o Tesouro continue liberando recursos para ações sociais e de saúde.

Além da indefinição sobre medidas que serão adotadas nos próximos meses e incerteza sobre a possibilidade de retomada da agenda de ajuste fiscal, também há dúvidas sobre eventual chegada de uma segunda onda da pandemia no país e sobre a distribuição de vacinas.

Nesse cenário, investidores estão mais cautelosos e buscam comprar títulos públicos de menor prazo, exigindo remuneração mais alta para títulos mais longos.

O prazo médio de vencimento dos papéis caiu de 3,83 anos em setembro para 3,77 anos em outubro. A participação de títulos que vencem nos próximos 12 meses subiu de 26% para 27,6% do total da carteira.

O custo médio do estoque da dívida acumulado em 12 meses, por sua vez, subiu de 8,72% ao ano para 9,04% ao ano.

Em outubro, o Tesouro fez a maior emissão de títulos da série histórica, de R\$ 173,3 bilhões. Os resgates, por sua vez, foram de R\$ 97,3 bilhões, resultando em uma emissão líquida de R\$ 76 bilhões.

"O nível de emissão mais elevado tem por objetivo suprir a necessidade de financiamento do governo federal e garantir a manutenção do caixa acima do limite prudencial", informou o Tesouro.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 25/11/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 25 de Novembro de 2020 - 17:20

MPF e MP-BA pedem intervenção judicial no Hospital Regional de Juazeiro

Quarta, 25 de Novembro de 2020 - 18:40

Os Ministérios Públicos Federal (MPF) e Estadual da Bahia (MP-BA) pediram à Justiça a intervenção judicial no Hospital Regional de Juazeiro após a deflagração da Operação Metástase, detalhada nesta terça-feira (25) pelo **Bahia Notícias** (leia mais [aqui](#) e [aqui](#)). A informação foi divulgada no site oficial do parquet baiano. O pedido foi feito via ação civil pública ajuizada pela promotora de Justiça Rita de Cássia Rodrigues e pela procuradora da República Ticiano Nogueira.

O pedido solicita o afastamento definitivo da APMI da gestão administrativa da unidade hospitalar. De acordo com a ação, "a intervenção teria o objetivo de reorganizar a prestação dos serviços de saúde até que seja possível a reformulação do funcionamento do Hospital, seja por seleção de nova administradora ou por retomada direta dos serviços pelo Estado da Bahia ou pela União". A intervenção duraria 180 dias, com possibilidade de renovação pelo mesmo tempo.

Após a força-tarefa, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) anunciou que, a partir de agora, a gestão da unidade será feita pelas Obras Sociais Irmã Dulce ([leia mais aqui](#))

ENTENDA O CASO

A Operação Metástase desarticulou um suposto esquema de fraude em licitações e desvio de recursos públicos destinados à gestão do Hospital Regional de Juazeiro (HRJ). Ao todo, foram cumpridos quatro mandados de prisão preventiva, um mandado de prisão temporária e 16 mandados de busca e apreensão ([leia mais aqui](#)).

A organização criminosa investigada praticava fraudes em licitações públicas, passando a dominar a gestão de inúmeras unidades da rede estadual de saúde sob gestão indireta, por intermédio de diferentes Organizações Sociais de Saúde (OSs), que são controladas por um mesmo grupo empresarial, quase sempre registradas em nome de "laranjas".

Essas instituições gestoras das unidades de saúde (OSs) passaram a contratar empresas de fachada ligadas ao mesmo grupo, de forma direcionada e com superfaturamento, por meio das quais os recursos públicos destinados à administração hospitalar eram escoados, sem que muitos dos serviços fossem efetivamente prestados ou os produtos fossem fornecidos.

De acordo com a PF, os investigados responderão pelos crimes de fraude à licitação, peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa.



SEABRA

Publicado em 26/11/2020 às 07h23.

Médicos do Hospital da Chapada Diamantina pedem demissão coletiva

Bahia.ba teve acesso a ofícios nos quais médicos e demais profissionais relatam não receber salários desde agosto, além de plantões de até cinco dias consecutivos

Redação



Foto: Sesab/divulgação

Por Aurélio Nunes, especial para o bahia.ba

Com salários atrasados desde agosto, onze médicos que trabalham nos setores de emergência, UTI Covid-19 e UTI Geral do Hospital Regional da Chapada Diamantina (HRCDD) comunicaram à administração da unidade que não farão parte dos plantões de dezembro caso as pendências não sejam regularizadas até a próxima segunda (30).

Os plantonistas reivindicam ainda reajuste dos valores de contrato, que atualmente é de R\$ 2.400 brutos por 24 horas na UTI e estariam defasados em relação a outras unidades estaduais,

além de “renovação do contrato com alterações que garantam o pagamento nas respectivas datas e direitos aos médicos”.

“Somos um grupo pequeno de médicos, quase todos sobrecarregados, trabalhando com carga horária acima do limite físico, com salários atrasados, e até agora ninguém apareceu para dar uma resposta de como será resolvido o problema: nem a Sesab, nem a empresa que administra o hospital e que neste momento está em meio a uma investigação de fraudes de licitações”, critica um dos médicos, referindo-se à Associação de Promoção da Maternidade e da Infância (APMI) de Castro Alves, organização social de saúde (OSS) responsável pela gestão do HRCO.

A reportagem do **bahia.ba** teve acesso aos ofícios, todos com a mesma redação, enviados na segunda-feira (23) ao diretor clínico Adriano Silva Pires, que não respondeu às ligações e mensagens deixadas em seu celular. Também entrou em contato com o secretário de Saúde do Estado da Bahia, Fábio Villas-Boas. Ele encaminhou o assunto à sua assessoria de comunicação, que, até o momento do fechamento desta matéria, não havia se posicionado. O diretor administrativo do hospital, Francisco Macedo, se limitou a dizer que as denúncias “não procedem”. A jornalista que ele indicou como assessora de imprensa responsável diz que não trabalha mais para a APMI.

Fraudes

No último dia 19, a APMI foi alvo de uma [operação deflagrada pela Polícia Federal](#) com objetivo de desarticular esquema de fraude em licitações e desvio de recursos públicos destinados à gestão do Hospital Regional de Juazeiro (HRJ). As investigações apontam que mais de R\$ 6 milhões foram desviados entre setembro de 2017 e dezembro de 2019 por uma organização criminosa que fraudou licitações públicas e passou a dominar a gestão de inúmeras unidades da rede estadual de saúde, sob gestão indireta, por intermédio de diferentes OSS's, quase sempre registradas em nome de “laranjas”.

Ainda segundo a PF, essas instituições gestoras direcionavam o resultado das licitações a empresas de fachada ligadas ao grupo, sem que muitos dos serviços fossem efetivamente prestados ou os produtos fossem fornecidos. O nome da operação, Metástase, faz alusão à corrupção como uma espécie de câncer que se espalha pela sociedade. Na segunda-feira (23), a APMI foi descredenciada pela Sesab da gestão do Hospital de Juazeiro.

A situação da APMI preocupa os médicos do Hospital da Chapada, que esperam por uma decisão semelhante à decisão tomada pela Sesab em relação ao Hospital de Juazeiro.

Eles relatam que, além dos salários atrasados, são obrigados a lidar com escalas de trabalho exaustivas; falta de medicamentos na farmácia e equipamentos obsoletos. “Como temos alguns médicos contaminados por coronavírus, e a equipe é pequena, temos que nos desdobrar para cobrir os plantões de quem está afastado por contrair o coronavírus. Plantões de 24 horas têm

virado de 48 horas, de 72 horas, e já chegamos ao absurdo de um colega que ficou cinco dias seguidos de plantão”, reclama uma médica.

“Embora o hospital tenha sido inaugurado em dezembro de 2017, muitos aparelhos que vieram de outras unidades são antigos, como o raio-x, que às vezes dá problema, e o hemogasômetro, que é fundamental para pacientes que estão no ventilador, e está desde a semana passada sem funcionar”, denuncia.

Embora os médicos sejam os que mais reclamam, os atrasos salariais impactam de maneira ainda mais dramática a vida dos mais de 200 funcionários do HRCD. Enfermeiros, técnicos de enfermagem, equipes de limpeza e de segurança ainda não receberam o salário de outubro.

“Ganho R\$ 1.450 por mês, e gasto R\$ 480 de transporte porque moro em outra cidade. Se eu não receber meu salário até sexta-feira (27), não tenho como trabalhar na semana que vem”, declara uma funcionária.

A situação do HRCD é particularmente preocupante para os moradores dos 11 municípios do entorno de Seabra, que têm na unidade o único hospital geral com atendimento SUS 24 horas para casos de urgência e emergência clínica, cirúrgica, obstétrica, pediátrica, traumatológica e psiquiátrica. São 110 leitos, 10 para UTI Geral e ganhou seis leitos de UTI e uma enfermagem específica para o tratamento do novo coronavírus.

Bnews**ELEIÇÕES****Feira de Santana: Troca de farpas, críticas ao governo do Estado e contradições marcam debate entre Zé Neto e Colbert Martins**

26 de Novembro de 2020 às 09:47 Por: Reprodução/Youtube Por: Yasmin Garrido

Os **candidatos à Prefeitura de Feira de Santana, no Centro Norte baiano, Colbert Martins (MDB), que busca a reeleição, e Zé Neto (PT)** participaram de debate, na manhã desta quinta-feira (26), realizado pelo Acorda Cidade em parceria com a rádio Sociedade News. Entre os pontos altos estão ataques ao governo do Estado, contradições e omissões com dados da educação, críticas à administração atual e troca de farpas entre os concorrentes ao executivo municipal.

“Toda obra em Feira de Santana Zé Neto se apropria. Mudança para pior é ruim, porque ele não tem experiência administrativa. O que tem é um santo de orelha que fica guiando ele”, disse o emedebista, que criticou ainda os apoios do **ex-deputado Targino Machado (DEM)** e do ex-prefeito Tarcízio Pimenta ao petista. “Quem tá com o apoio de Targino Machado e de Tarcízio Pimenta vai mudar para pior. O PT está do lado dos empresários. Já foi um partido ligado aos pobres. Não é mais”.

Já Zé Neto devolveu e disse que o opositor estava “tão nervoso”, a ponto de falar mal de Targino e Tarcízio como forma de escapar dos assuntos da cidade. “Estamos aqui para falar da

cidade e ele fala o tempo todo do Estado. A eleição é municipal. A cidade quer mudança. Falar que vai fazer só mostra que Colbert está sendo uma oposição a ele mesmo. O que não fez, não vai fazer”, declarou o candidato do PT.

Educação

No primeiro bloco, com perguntas feitas por representantes de diversos setores da cidade, o atual prefeito, Colbert Martins, acabou admitindo que o **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)** em Feira de Santana é de 4.8, número que, segundo ele, ainda é baixo.

No entanto, o emedebista não especificou que o índice mencionado se refere apenas aos anos iniciais da educação básica, tendo ficado abaixo do nacional, que foi de 5.68, em 2019. Ainda, o prefeito não citou o Ideb para os anos finais, que foi de apenas 3.7 em Feira de Santana, também inferior à média nacional, de 4.46, de acordo com dados do Inep coletados pelo **BNews**.

Neste quesito, Zé Neto alfinetou o adversário e afirmou que os professores da rede municipal precisam de mais diálogo com o poder público. “Vamos harmonizar a cidade. Precisamos melhorar o diálogo entre professores e município. Precisamos reconstruir várias escolas e fazer com que a educação seja prioridade”, disse.

A educação básica foi um dos pontos centrais do debate entre os candidatos à Prefeitura de Feira de Santana, nesta quinta-feira (26), com promessas de distribuição de computadores aos alunos para a implementação das aulas remotas enquanto durar a pandemia.

“Já temos os computadores. Queremos o Ideb de Feira igual ao de Sobral, no Ceará”, disse Colbert Martins em referência à cidade que alcançou média de 8.4 nos anos iniciais e 6.9 nos anos finais, a maior do país.

Além do Ideb, os dados do Inep consultados pelo **BNews** mostram que o próximo prefeito de Feira de Santana terá de se preocupar também com a questão da distorção idade-série, que no município foi 29.9% nos anos iniciais do ensino fundamental e 50.3% nos anos finais, enquanto a média nacional ficou em 10.9% e 29.95%, respectivamente.

Professores

O tratamento dado aos professores municipais também foi assunto entre as trocas de farpas no debate para a Prefeitura de Feira de Santana. Enquanto Colbert Martins ressaltou que os salários estão todos reajustados, “ao contrário do Estado da Bahia, que não reajusta a remuneração há cinco anos”, Zé Neto deu ênfase aos **cortes salariais feitos durante a pandemia**.

“Se eu for prefeito, os professores vão acabar de vez com a história de serem tratados de forma desleixada, com salários cortados. A gente vai resolver com diálogo, com responsabilidade. Vamos fazer uma revisão do plano de carreira”, afirmou Zé Neto. Em junho deste ano, a Justiça suspendeu o corte nos salários dos professores de Feira de Santana, que havia sido implementado na pandemia, sob a justificativa de redução de carga horária.

À época, o secretário de Educação de Feira de Santana, Marcelo Esteves, alegou que o pagamento das horas extras e deslocamento dos professores foi suspenso e que, na verdade, não houve corte de salário.

Durante o debate desta quinta-feira (26), Colbert Martins afirmou que o Estatuto do Servidor Público de Feira de Santana precisa ser atualizado, para prever “reajustes proporcionais ao nível

do ensino público municipal”. Além disso, o emedebista bateu mais uma vez na falta de reajuste dos professores da rede estadual. “Feira deu todos os reajustes”, disse.

Mobilidade

Além da questão da educação, o assunto mobilidade foi um dos mais ariscos no debate entre Colbert Martins e Zé Neto, candidatos à Prefeitura de Feira de Santana. O petista usou o afundamento de um trecho do asfalto no centro da cidade, nesta semana, para acusar o atual prefeito de exercer uma **política “sonrisal”**, além de chamar o **BRT de “fraude”**.

O adversário rebateu e disse que Zé Neto continua se desfazendo das obras realizadas em Feira de Santana, a exemplo do BRT e dos viadutos, para falar em Trivia, projeto que desde 2012 é ventilado, mas que nunca foi executado na cidade. “Ele não gosta de Feira. Do jeito que vai, Zé Neto vai querer enterrar esses túneis se for prefeito. Zé Neto não quer BRT, quer aquele Trivia, que sumiu”, alfinetou.

Independente de cada proposta, o candidato eleito vai ter na mobilidade urbana de Feira de Santana um grande desafio. De acordo com dados do Censo do IBGE, na cidade do Centro Norte, uma pessoa leva, em média, 29 minutos para se deslocar de casa para o trabalho e, dessas viagens, 7,73% duram mais de uma hora. Os números estão acima da média nacional, do Nordeste e do Estado da Bahia.

Economia

Ao falarem sobre a economia de Feira de Santana, os candidatos receberam a cobrança da população a temas voltados às indústrias, **turismo, em especial o Centro de Convenções**, além dos investimentos em espaços de lazer para a população.

“Deputado Zé Neto extinguiu o Centro Subaé, por isso a Prefeitura teve dificuldade de atuar neste setor [industrial]. É importante que tenhamos condições logísticas para atrair novas empresas e novas tecnologias”, disse Colbert.

Já Zé Neto usou a figura do candidato a vice-prefeito, Roque Santos (PP), para justificar o interesse pelo setor industrial. “Nosso vice é um empresário. Queremos criar um fundo de desenvolvimento econômico. O que voga nessa área é o diálogo, já que precisamos ampliar emprego e renda em Feira de Santana e o desenvolvimento social”, argumentou.

Quando o assunto do Centro de Convenções veio à tona, a troca de farpas começou, com Colbert Martins responsabilizando Zé Neto e o governo do Estado pela paralisação das obras. O petista se defendeu e disse que o acordo feito em 2013 não foi cumprido, porque o município se tornou inadimplente perante o Estado, o que o impossibilitou de receber os recursos destinados à obra.

Em 2019, de acordo com dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) analisados pelo **BNews**, nesta quinta-feira (26), no município de Feira de Santana os setores de Previdência Social, Saúde e Urbanismo foram os que mais receberam investimento do poder público. Em contrapartida, Educação e Transporte integram a lista dos que possuem investimento mais distante da média nacional para cada setor.

Os candidatos à Prefeitura de Feira de Santana participam de mais um debate, nesta sexta-feira (27), na TV Subaé, o último antes do segundo turno das eleições, que acontece neste domingo (29). Além da cidade do Centro Norte, Vitória da Conquista também vai ter um prefeito eleito

neste fim de semana, na **disputa entre Herzem Gusmão (MDB) e Zé Raimundo (PT).**

Veículo: Bocão News	Coluna: Economia
Data: 25/11/2020	



ECONOMIA E MERCADO

Tesouro terá recursos para cobrir vencimentos da dívida até abril



25 de Novembro de 2020 às 21:04 Por: Marcello Casal Jr./Agência Brasil Por: Agência Brasil

O Tesouro Nacional encerrará 2020 com mais recursos em caixa que o mínimo necessário para cobrir pelo menos três meses de vencimentos da Dívida Pública Federal (DPF). A afirmação é do coordenador de Operações da Dívida Pública, Roberto Lobarinhas. Segundo ele, chegará ao fim do ano com recursos suficientes para pagar os vencimentos até abril de 2021, com o caixa em torno de quatro meses.

“Sempre estivemos seguros disso e agora temos mais clareza de ter o caixa em níveis prudenciais”, afirmou Alves entrevista coletiva para explicar os resultados da dívida pública em outubro.

Segundo o coordenador-geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública, Luiz Fernando Alves, a transferência de R\$ 325 bilhões do Banco Central (BC) ao Tesouro, ocorrida em agosto, ajudou a recompor a reserva financeira chamada de colchão da dívida.

Segurança

Esse colchão representa uma segurança de que o Tesouro não dará calote em investidores caso de uma crise muito grave que impossibilite o governo de emitir títulos públicos. Por meio da dívida pública, o Tesouro pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos, comprometendo-se a devolver os recursos mais tarde com alguma correção. Nos quatro primeiros meses do próximo ano, o Tesouro tem de pagar cerca de R\$ 600 bilhões em vencimentos aos investidores.

Alves também ressaltou que a melhoria das condições de mercado nos últimos meses tem ajudado o Tesouro a recompor o colchão da dívida. Em outubro, as emissões de títulos alcançaram o recorde de R\$ 173,26 bilhões. No auge da pandemia do novo coronavírus, de março a maio, o Tesouro teve dificuldades em emitir papéis no mercado.

Melhoria

Segundo o Tesouro, as condições do mercado melhoraram em outubro, principalmente após as eleições nos Estados Unidos. Isso melhorou as condições para o governo lançar mais títulos no mercado, com a perspectiva de que o Congresso norte-americano pode aprovar um novo pacote estímulos para a maior economia do planeta, o que reduz a pressão sobre mercados de países emergentes, como o Brasil.

“As expectativas de novos estímulos econômicos nos Estados Unidos e as perspectivas do resultado das eleições norte-americanas contribuíram para a melhora dos mercados ao longo do mês de outubro, apesar da cautela em relação ao aumento de casos de covid-19 em vários países, principalmente na Europa”, informou o Tesouro.

Na avaliação do Tesouro, as condições do mercado continuaram a melhorar em novembro, à medida que os resultados das eleições norte-americanas ficaram mais claros e com a divulgação das primeiras pesquisas de eficácia das vacinas contra a covid-19. O maior reflexo, segundo o órgão, foi sentido no risco país, que caiu 20,1% no mês até chegar a 174 pontos-base na última segunda-feira (23).

Veículo: G1	
Data: 25/11/2020	Caderno: Economia



Com maior emissão da história, dívida pública sobe 2,47% em outubro e alcança R\$ 4,63 trilhões

Informação foi divulgada pelo Tesouro Nacional. No mês passado, país emitiu R\$ 173 bilhões em papéis, o maior volume da série histórica, e retirou R\$ 97,3 bilhões do mercado.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

25/11/2020 14h41 Atualizado há 18 horas

A dívida pública federal em títulos – que inclui os débitos do governo no Brasil e no exterior – registrou **aumento de 2,47% em outubro e atingiu R\$ 4,638 trilhões**, informou a Secretaria do Tesouro Nacional nesta quarta-feira (25). Em setembro, a dívida somava R\$ 4,526 trilhões.

A dívida pública é a emitida pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do governo federal. Ou seja, para pagar despesas que ficam acima da arrecadação com impostos e tributos.

No mês passado, de acordo com o governo, as emissões de títulos públicos somaram R\$ 173,26 bilhões, o maior volume da história. Isso configura evolução frente ao registrado em meados deste ano, quando o governo enfrentou dificuldades na colocação de papéis no mercado por conta das tensões da pandemia do coronavírus.

Em setembro, o governo já tinha registrado uma emissão alta de títulos, num montante de R\$ 155,27 bilhões – o **segundo mais alto até aquele momento**.

"O nível de emissão mais elevado tem por objetivo suprir a necessidade de financiamento do governo federal e garantir a manutenção do caixa acima do limite prudencial [para pagamento dos compromissos da União]", informou o Tesouro Nacional.

Ao mesmo tempo, os **resgates de títulos públicos somaram R\$ 97,31 bilhões no mês passado**. A emissão de papéis acima dos resgates e as despesas com juros, que somaram R\$ 35,78 bilhões, elevaram a dívida pública em outubro.

De acordo com o Tesouro Nacional, o mercado melhorou no mês passado, favorecendo as colocações de papéis.

"Expectativas de novos estímulos econômicos nos EUA e as perspectivas do resultado das eleições norte-americanas contribuíram para a melhora dos mercados ao longo do mês de outubro, apesar da cautela em relação ao aumento de casos de COVID-19 em vários países, principalmente na Europa", informou.

Investimento estrangeiro

Em outubro, o volume de títulos públicos nas mãos de investidores estrangeiros passou de R\$ 404 bilhões para R\$ 429 bilhões, uma alta de R\$ 25 bilhões. Segundo o coordenador de Operações da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Roberto Lobarinhas, esse dado é muito positivo.

"Mas ainda é cedo para dizer se esse retorno é sustentável. A gente tem que continuar observando nos próximos meses e ver com essa estatística evolui", completou.

Expectativa para a dívida

O governo espera crescimento da dívida pública neste ano. No começo de 2020, a programação do Tesouro Nacional indicava que a dívida poderia chegar a R\$ 4,75 trilhões até dezembro.

O valor foi revisado em agosto, e o **teto previsto da dívida subiu para R\$ 4,9 trilhões**. A explicação é que o "impacto da pandemia (COVID-19) ampliou significativamente os gastos públicos, aumentando a necessidade de financiamento do governo".

Em todo ano passado, a **dívida pública teve aumento de 9,5%**.

Ajuda na gestão da dívida pública

Para facilitar a tarefa de rolar a dívida pública – ou seja, emitir novos títulos para pagar os vencimentos de papéis –, o Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou em agosto o **Banco Central a repassar R\$ 325 bilhões para o Tesouro Nacional**.

No primeiro semestre, o Banco Central registrou saldo positivo de R\$ 503,2 bilhões. Desse valor, R\$ 478,5 bilhões têm origem em operações cambiais (reservas e derivativos cambiais). Por lei, o dinheiro que o BC repassará para o Tesouro não pode ser usado em despesas primárias, como investimentos, mas pode abater a dívida.

Mais recentemente, em outubro, o BC limitou a R\$ 600 bilhões o teto para a rolagem de compromissadas que vencem no fim desse mês para ampliar a

demanda por títulos públicos, em especial as LFTs, papéis atrelados à Selic. A ação **atenuou as pressões de alta na curva de juros.**

A ajuda na gestão da dívida pública é considerada importante em um momento em que o governo aumentou os gastos públicos para combater os efeitos da pandemia do coronavírus, o que vai exigir que o Tesouro emita títulos públicos e aumente o endividamento.

Mês de novembro

No mês de novembro, segundo o Tesouro Nacional, as notícias positivas sobre a evolução das vacinas contra a Covid-19, e as perspectivas quanto aos resultados das eleições norte-americanas ajudaram a melhorar a percepção dos mercados de maneira geral.

"Nesse contexto, o CDS do Brasil [indicador do risco-país] acompanhou o movimento de alguns pares internacionais e registrou queda de 20,1%, alcançando o valor de 174 pontos base no dia 23/11/2020", informou. Apesar da melhora do cenário externo, a instituição acrescentou que a "curva de juros" doméstica [juros futuros] apresentou "volatilidade" [oscilações] no mês, "com ganho de nível e inclinação, em decorrência da pressão inflacionária de curto prazo, bem como das incertezas fiscais [dúvida sobre as sustentabilidade das contas públicas]".

Veículo: Estadão	
Data: 26.11.2020	Caderno: Economia



Créditos de ICMS sobre bens em comodato

Luiz Roberto Peroba e Flávio Amorim*

26 de novembro de 2020 | 08h00

No dia 10.11.2020, foi publicado acórdão proferido no RE 1.141.756 (tema 1.052 da repercussão geral), no qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria de votos, reconheceu serem constitucionais os créditos de ICMS aproveitados por empresas prestadoras de serviço de telefonia móvel, relativos às entradas de aparelhos celulares posteriormente cedidos em comodato aos clientes.

O comodato (arts. 579 a 585 do Código Civil) é uma modalidade de empréstimo gratuito de coisas não fungíveis muito utilizada pelas empresas no dia a dia – não apenas pelas prestadoras de serviços de telefonia móvel. Há uma série de bens e equipamentos que são disponibilizados gratuitamente aos clientes pelas empresas, no intuito de impulsionar a venda de seus produtos ou serviços: modems para conexão à internet, roteadores para conexão wi-fi, equipamentos para TV por assinatura, freezers para exposição de bebidas em comércios,

equipamentos para a utilização em gráficas e laboratórios de análises clínicas, dentre outros.

Apesar disso, até então, não era pacificada a possibilidade de as empresas aproveitarem esses créditos de ICMS, tendo em vista que as autoridades fiscais entendiam que essas saídas constituíram exceções à não-cumulatividade do ICMS e desnaturariam o conceito de ativo imobilizado, já que os bens não ficariam fisicamente na empresa.

PUBLICIDADE

Nesse contexto, entendemos que a recente decisão do STF, proferida em sede de repercussão geral, é extremamente importante, pois passará a dar maior segurança jurídica e previsibilidade às empresas que utilizam o comodato em suas atividades econômicas – e até mesmo impulsionará novos negócios com base nesses contratos. Isso porque, embora a decisão do STF tenha analisado uma situação específica de operadora de serviços de telecomunicação, entendemos que o racional da decisão foi o reconhecimento do direito ao aproveitamento de créditos de ICMS relativamente às aquisições de bens incorporados ao ativo imobilizado que são posteriormente cedidos em comodato – e não apenas de aparelhos celulares.

Na ocasião, o STF também reafirmou o seu entendimento de que o comodato não consiste em fato gerador do ICMS (Súmula 573), por não representar transferência de propriedade nem circulação jurídica de mercadoria.

Dada a relevância do precedente, vale abordarmos os argumentos analisados pelo STF e o caso concreto julgado. No caso específico, uma operadora de serviços de telecomunicações havia ajuizado uma ação

visando ao cancelamento de auto de infração lavrado pelo Estado do Rio Grande do Sul, que havia glosado créditos de ICMS sobre aparelhos celulares posteriormente cedidos em comodato para os clientes.

No entendimento do Estado do Rio Grande do Sul, o contribuinte não teria direito aos créditos de ICMS, uma vez que **(i)** as saídas de produtos em comodato seriam consideradas “isentas” ou “não-tributadas”, configurando assim exceções constitucionais ao aproveitamento de créditos de ICMS; **(ii)** os aparelhos celulares não integrariam o ativo imobilizado do contribuinte, pois já teriam sido adquiridos com a finalidade de cessão aos usuários; e **(iii)** o comodato seria alheio ao objeto social da empresa, de modo que o creditamento seria vedado pelos artigos 19 e 20 da Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir).

No entanto, por maioria de votos, o STF acolheu os argumentos dos contribuintes, prevalecendo o entendimento de que **(i)** o comodato não constitui fato gerador do ICMS, não havendo que se falar em saída “isenta” ou “não-tributada” que excetuaria o direito aos créditos; **(ii)** a aquisição dos aparelhos celulares gera direito aos créditos de ICMS porque os bens são incorporados ao ativo imobilizado da empresa, fazendo parte do seu patrimônio, ainda que sejam cedidos em comodato; e **(iii)** o comodato (atividade-meio) não é alheio à atividade da empresa, já que consiste em prática do mercado e propulsiona o seu objeto social (atividade-fim).

O voto condutor do acórdão, pró-contribuintes, foi do ministro Marco Aurélio, relator do caso, que foi acompanhado pelos ministros Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Embora o ministro Alexandre de Moraes tenha inaugurado a

divergência, com voto pró-fisco, e tenha sido acompanhado pelos ministros Gilmar Mendes, Luiz Fux e José Antônio Dias Toffoli, por maioria de votos, prevaleceu o entendimento favorável aos contribuintes.

Para a divergência, pelo fato de no comodato não ocorrer a transferência efetiva do domínio do bem, não deveria ser permitido o direito ao creditamento do ICMS. Além disso, o comodato consistiria em atividade alheia à atividade principal da empresa, no caso, de modo que o creditamento não seria permitido pela LC 87/96.

Considerando que muitas empresas, de diversos segmentos do mercado, também praticam a cessão de bens em comodato, entendemos que a decisão do STF poderá trazer um grande impacto aos contribuintes, não apenas ao setor de telecomunicações, já que entendemos que o seu racional também é aplicável para outras situações. Além disso, sendo vinculante (repercussão geral), a decisão poderá, inclusive, proporcionar o surgimento de novos produtos e serviços baseados em contratos de comodato.

***Luiz Roberto Peroba, sócio de Tributário de Pinheiro Neto Advogados; Flávio Amorim, associado de Tributário de Pinheiro Neto Advogados**

Veículo: Estadão	
Data: 25.11.2020	Caderno: Economia



Com pagamento de impostos adiados, arrecadação tem o melhor resultado em outubro em quatro anos

Total arrecadado, de R\$ 153,9 bilhões, teve aumento real de 9,56% na comparação com o mesmo mês de 2019

Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

24 de novembro de 2020 | 11h08

BRASÍLIA - A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 153,938 bilhões em outubro, o melhor resultado para o mês desde 2016. Com a retomada da atividade econômica e o pagamento de tributos que foram adiados pela **Receita Federal** nos piores meses da **crise da pandemia de covid-19**, o resultado representa um aumento real (descontada a **inflação**) de 9,56% na comparação com o mesmo mês de 2019.

Em relação a setembro deste ano, houve aumento de 27,37% no recolhimento de impostos. Uma parcela dessa diferença corresponde ao retorno da cobrança de tributos federais - **PIS/Cofins** e da contribuição patronal para a **Previdência** - que foi adiada (ou diferida, no jargão do Fisco) para suavizar o fluxo de caixa das empresas afetadas pelo novo coronavírus. Em agosto os contribuintes quitaram pagamentos adiados de abril, tiveram um respiro em setembro e, em outubro, foi a vez dos pagamentos adiados referentes a maio.

O valor arrecadado no mês passado foi o maior para meses de outubro desde 2016, quando a arrecadação no décimo mês do ano foi de R\$ 170,255 bilhões.

O resultado das receitas veio dentro do intervalo de expectativas das instituições ouvidas pelo **Broadcast Projeções**, que ia de R\$ 130,30 bilhões a R\$ 154,30 bilhões, com mediana de R\$ 149,34 bilhões.

De acordo com a Receita Federal, o comportamento da arrecadação de outubro decorre do comportamento das principais variáveis macroeconômicas no mês e de uma alta real de 17,97% na arrecadação do **Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ)** e da **Contribuição Social sobre o lucro Líquido (CSLL)**. Por outro lado, as compensações tributárias continuaram em alta, com aumento de 87,8% em relação a outubro do ano passado.

No acumulado do ano até outubro, a arrecadação federal somou R\$ 1,180 trilhão, o menor volume para o período desde 2010, quando as receitas somaram R\$ 1,164 trilhão no período. Devido aos impactos da pandemia de covid-19 no primeiro semestre, o montante ainda representa um recuo real de 9,45% na comparação com os primeiros dez meses de 2019.

Veículo: Política Livre	
Data: 26.11.2020	Caderno: Economia



Hospital Albert Einstein pode gerir Hospital Metropolitano por meio de PPP, anuncia secretário

BAHIA

O secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, se reuniu nesta terça-feira (24), em São Paulo, com dirigentes do Hospital Israelita Albert Einstein, para apresentar a modelagem da Parceria Público Privada (PPP) que será lançada pelo governo baiano ainda este ano, a fim de gerir e ampliar o Hospital Metropolitano.

A unidade localizada no município de Lauro de Freitas possui 265 leitos, sendo 70 de UTI, e terá sua gestão licitada na Bolsa de Valores, com o objetivo de atrair hospitais de excelência para sua gestão.

De acordo com o secretário, “a relação da Secretaria da Saúde da Bahia com o Einstein vêm sendo construída ao longo dos dois últimos anos. “O hospital paulista tem prestado consultoria na área de gestão hospitalar a fim de aumentar a eficiência da rede estadual”, afirma Vilas-Boas.

O Einstein é uma das cinco entidades de excelência que integram o Programa de Desenvolvimento de Apoio Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), responsável por projetos em parceria com o Ministério da Saúde e demais entes federados em prol de fortalecer e aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS). O programa é fundamentado na expertise dos hospitais de excelência e atua nas áreas de capacitação, incorporação de tecnologia, pesquisa e gestão em serviços de saúde.

Além do perfil assistencial e da modelagem econômico-financeira da PPP do Hospital Metropolitano, foram apresentados os investimentos já realizados e os que deverão

ser empreendidos após a concessão. O encontro contou com a participação do CEO do hospital, Henrique Sutton Neves, da Diretora de Consultoria, Anarita Buffé, e do Diretor-Superintendente do Instituto Israelita de Responsabilidade Social, Guilherme Schetinno.

Hospital Metropolitano

Entre obras e equipamentos, a unidade recebeu investimentos superiores a R\$ 173 milhões e iniciará a operação no primeiro trimestre de 2021. O hospital é de grande porte, com 27.900 metros quadrados de área construída e seis pavimentos. A unidade será referência para casos de urgência e emergência, trauma (particularmente o trauma raquimedular), acidente vascular cerebral (AVC), neurologia, medicina nuclear e contará com dez salas de cirurgia.

Um dos destaques do projeto é a área de alta complexidade Cardio e neurovascular, com Unidade de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico e angioplastia. O hospital também implantará o programa de transplante de fígado e cirurgias bariátricas para pacientes diabéticos.



‘INVESTIMENTO PÚBLICO É MAIS IMPORTANTE QUE JURO BAIXO TANTO PARA ATENUAR OS EFEITOS DA RECESSÃO COMO NO LONGO PRAZO’

Para economista, é preciso superar o arcabouço analítico anacrônico e equivocado que impõe o equilíbrio fiscal como o único objetivo de política econômica

Adriana Fernandes

26 de novembro de 2020 | 05h00

O economista André Lara Resende é hoje uma voz dissonante do pensamento econômico dominante no Brasil. Quinto entrevistado da série do Estadão "Saídas para a Crise Fiscal", Lara Resende afirma que o investimento público é hoje muito mais importante do que a política de juros como resposta para a retomada econômica após a [pandemia do coronavírus](#) e também para o desenvolvimento de longo prazo do País.

Um dos formuladores do [Plano Real](#) e com a experiência de ter trabalhado mais de 30 anos no mercado financeiro, Lara Resende propõe a criação de um órgão, protegido de "pressões políticas ilegítimas", para definir os investimentos públicos. Para ele, essa é hoje uma medida mais valiosa do que um [Banco Central independente](#).

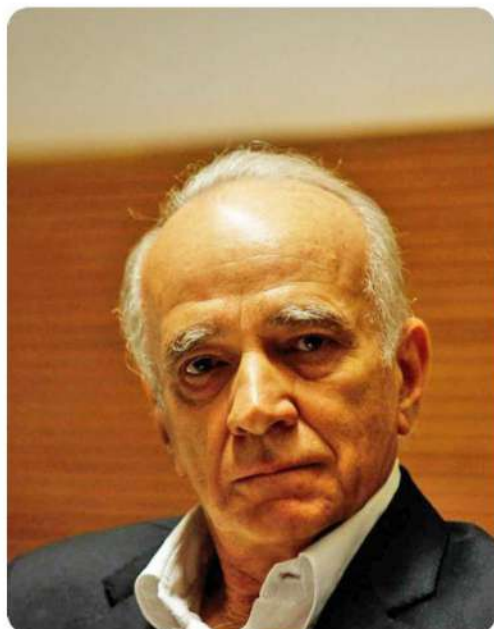
O economista alerta que até agora não houve uma única iniciativa, nem mesmo propostas, de políticas públicas para garantir uma recuperação sustentada, uma vez superada a pandemia. Ambientalista, Lara Resende diz que é incompreensível a postura do governo [Jair Bolsonaro](#) em relação à questão ambiental, considerada por ele o mais grave problema a ser enfrentado pela humanidade, e que compromete o Brasil no exterior.

- Como o sr. avalia a resposta do governo à pandemia da covid-19?

A resposta à pandemia foi conturbada, incompetente e negacionista no todo. Quanto à política econômica, apesar de alguma hesitação inicial, com o auxílio de emergência, o governo acabou por dar uma resposta que aliviou temporariamente a situação dos que perderam o emprego ou a renda. O [auxílio emergencial](#) foi fundamental para aliviar a recessão e a crise social provocada pela pandemia. Até agora não houve uma única iniciativa, nem mesmo propostas, de políticas públicas para garantir uma recuperação sustentada, uma vez superada a pandemia. Quando a pandemia parece recrudescer, volta-se a falar na necessidade de encerrar o auxílio em nome do equilíbrio fiscal. Mais uma demonstração clara de que o governo continua dominado por restrições ideológicas.

● **Uma das preocupações no Brasil é justamente o crescimento da dívida, que caminha para 100% do PIB. É um problema?**

Trata-se de uma preocupação infundada. Em várias ocasiões na história, sobretudo depois de guerras ou catástrofes, inúmeros países tiveram dívidas superiores ao PIB. Hoje, Japão, EUA, Itália, entre outros, têm dívida superior ao PIB. A dívida pública não pode ter uma trajetória explosiva, mas, desde que o seu crescimento acelerado seja transitório, que passada a crise, com as contas reequilibradas e restaurado o crescimento da economia, a relação entre dívida e PIB volte a cair, não há qualquer problema em ultrapassar os 100% do PIB.



FELIPE RAU/ESTADÃO

ANDRÉ LARA RESENDE

ECONOMISTA

Graduado em ciências econômicas pela PUC-Rio, André Lara Resende nasceu no Rio de Janeiro em 1951. É doutor em economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT). Trabalhou mais de 30 anos no mercado financeiro e é um dos formuladores do Plano Real. Em seu livro mais recente, “Consenso e

Contrassenso”, uma coletânea de ensaios, propôs uma virada nas perspectivas teóricas da macroeconomia. Foi diretor do Banco Central, negociador chefe da dívida externa e presidente do BNDES. Seus livros "Os limites do possível" e "Devagar e simples", publicados pela Companhia das Letras, ganharam o prêmio Jabuti em 2013 e 2015.

- **Existe um limite para a dívida?**

Não existe um limite intransponível para a dívida interna e o PIB. O endividamento externo, que depende de financiamento do exterior em moeda estrangeira, é sim perigoso. Como aprendemos com as sucessivas crises da dívida externa no século passado, quando os credores internacionais passam a ter dúvida sobre a capacidade do País de honrar seus compromissos em moeda estrangeira, a súbita interrupção do fluxo de financiamento pode provocar crises gravíssimas. No século passado, o Brasil era importador líquido de petróleo e derivados, assim como de trigo e outras commodities (*produtos classificados como básicos por não ter tecnologia envolvida ou acabamento*). Precisava de financiamento externo para cobrir o déficit com o resto do mundo. Hoje, somos autossuficientes em petróleo, exportadores líquidos de commodities e temos um setor agropecuário altamente superavitário. O Brasil de hoje não tem dívida pública externa, ao contrário, tem quase 30% do PIB em [reservas internacionais](#). A nossa dívida é interna, do Estado com os brasileiros.

- **Em entrevista recente ao ‘Financial Times’, a economista-chefe do FMI, Gita Gopinath, disse que os países precisam evitar o erro de retirar prematuramente os estímulos fiscais, como ocorreu na crise financeira. Ela chama atenção que há formas de investimento público que podem criar empregos e aumentar a atividade econômica e, ao mesmo tempo, serem fiscalmente responsáveis para sair da crise. Como conciliar essas coisas?**

Gita Gopinath disse apenas o que se sabe desde a publicação do livro de John M. Keynes (*1883-1946, defensor de maior intervenção do governo na economia para estimular o crescimento*) na década de 1930. Gopinath não é uma heterodoxa irresponsável, mas economista-chefe do FMI, doutora pela Universidade de Princeton, onde teve como orientadores Ben Bernanke, ex-presidente do Fed, e Ken Rogoff, professor da Universidade Harvard, dois expoentes da ortodoxia econômica. A política fiscal, sobretudo investimentos públicos que aumentem a produtividade e o poder aquisitivo da população, é o mais poderoso instrumento, tanto para se sair de uma recessão como para garantir a retomada do crescimento sustentado. A pergunta mais complicada de ser respondida é por que hoje no Brasil a opinião dos economistas que aparecem na imprensa, assim como a da própria imprensa, regrediu para o que era a ortodoxia do século XIX na Inglaterra? A chamada “Visão do Tesouro”, que sustentava a necessidade de sempre equilibrar as contas públicas, depois duramente criticada por Keynes, deixou de ser levada a sério.

- **O Brasil, que tinha uma situação fiscal frágil e déficits há sete anos e com previsão de resultados negativos até 2028, pode seguir essa recomendação do FMI em 2021?**

É verdade que há mais de duas décadas a relação dívida e PIB do Brasil tem aumentado, mas não temos uma situação fiscal frágil. A carga fiscal do Brasil é de quase 35% do PIB, muito alta para um país de renda média. Apesar da alta carga fiscal, não conseguimos controlar o crescimento da dívida. A razão é que a taxa de juros foi extraordinariamente alta até muito recentemente. Com taxas de juros que chegaram a mais de 25% ao ano e um crescimento medíocre da economia, o resultado é inexorável: a relação dívida/PIB cresce. O Estado brasileiro custa muito e gasta mal? Com certeza, mas não é essa a razão do crescimento da dívida. A política de taxa de juros do Banco Central, do real até muito recentemente, foi um gravíssimo equívoco. A história irá deixar claro o preço de uma política de juros extraordinariamente altos, associada a uma pesada e kafkiana carga fiscal.

• Qual a saída a seguir?

Antes de mais nada, é preciso superar a camisa de força imposta por um arcabouço analítico anacrônico e equivocado que impõe o equilíbrio fiscal como o único objetivo de política econômica. Dizem que com equilíbrio fiscal todos nossos problemas estarão milagrosamente resolvidos. Sem ele, caminhamos a passos largos para o abismo. Nada mais falso. Precisamos urgentemente voltar a ter um projeto para o País, ter objetivos de políticas públicas que balizem os investimentos públicos e privados, que norteiem a transição para uma matriz energética limpa e não nos deixe perder o bonde da revolução digital em curso. Precisamos refletir sobre as políticas de emprego, saúde e educação neste novo mundo do século XXI.

“A incompreensível postura do governo em relação à questão ambiental compromete o Brasil no exterior, prejudica nossas exportações e reduz os investimentos externos.”

André Lara Resende

• Por que o sr. considera ser uma falácia o argumento de que o governo não tem dinheiro para investimento?

Porque é falso. O governo não tem recursos para investir porque adotamos restrições legais-administrativas que deixam relativamente livres os gastos correntes e impõem limites ao total dos gastos. O [teto dos gastos](#) (*regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação*) é exemplar: se mantido, vai levar ao colapso completo do investimento público. O governo que emite sua moeda fiduciária (*documento que possa ser aceito como pagamento, como as notas de real*), como é o nosso caso, não tem restrição financeira, pois, quando gasta, necessariamente, emite moeda. A decisão de obrigar o governo a retirar a moeda emitida, seja através da cobrança de impostos ou da emissão de dívida, é uma decisão político-administrativa. Pode se justificar para impedir que o governo gaste de forma irresponsável e incompetente, mas não é uma restrição real.

• É mais eficiente deixar os investimentos fora do teto?

Sim. O teto pode até ser uma restrição importante para impedir um Estado inchado, que gaste muito na sua própria operação, mas não faz sentido ter um teto com os gastos correntes não controlados. O resultado é a inviabilização dos investimentos. Os investimentos públicos são muito mais importantes do que juro básico baixo tanto para atenuar os efeitos da recessão quanto para o desenvolvimento de longo prazo. É mais importante ter um órgão sério e competente, protegido das pressões políticas ilegítimas, para definir os

investimentos públicos, do que um Banco Central independente.

- **É possível fazer uma recuperação econômica verde e sustentável pós-pandemia?**

Infelizmente, o governo Bolsonaro está na contramão de uma política ambiental sustentável. A incompreensível postura do governo em relação à questão ambiental, hoje considerado o mais grave problema a ser enfrentado pela humanidade, compromete o Brasil no exterior, prejudica nossas exportações e reduz os investimentos externos. Além de fazer a coisa certa, teríamos muito a ganhar com uma política ambiental inteligente e responsável, que poderia servir de balizador de uma nova etapa de nosso desenvolvimento.

- **Qual o papel das reformas administrativa e tributária para destravar o crescimento?**

Me parece que uma [reforma tributária](#), cujos objetivos fossem a simplificação, a racionalização e a equidade, não o equilíbrio a qualquer custo, e que nos livrasse do atual cipoal tributário, seria um passo importante para nos tirar do atoleiro em que nos metemos. Mais do que uma [reforma administrativa](#), nome que se dá ao que é apenas mais uma tentativa de reduzir os salários e os benefícios do funcionalismo, precisamos modernizar a governança do País, inclusive o sistema político, que caminha a passos largos para se tornar disfuncional e corre o risco de perder legitimidade.

Nova crise de Bolsonaro com a China ameaça superávit comercial recorde

Provocação de Eduardo ocorre no momento em que seu pai está isolado com a derrota de Trump

ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO — O mais recente lance de incúria diplomática do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), ocorreu num momento particularmente ruim para a ala ideológica do governo.

O filho de 23 do presidente achou por bem dizer, numa postagem de rede social, que a China quer usar sua liderança na tecnologia 5G para espionar países e tolher liberdades mundo afora, afim de contas dirigidas por um Partido Comunista.

Até aí, é a argumentação que o próprio governo brasileiro adota, ao apoiar os princípios da iniciativa Rede Limpa, do governo falecido de Donald Trump, o ídolo de Jair Bolsonaro, de seus filhos e do chanceler Ernesto Araújo.

Só que ela desconsidera o momento das relações que ao fim importam com Pequim, principal parceira comercial do Brasil desde 2009.

Neste ano de pandemia, o saldo positivo da balança comercial com os chineses bateu recorde histórico. Até outubro, ele marcou US\$ 27,5 bilhões. Em 2019 todo, foram US\$ 27,6 bilhões, segundo o Ministério da Economia.

Isso torna o Brasil o país ocidental no senso estrito com maior superávit na relação com o gigante asiático, o que desmonta argumentações acerca de ser um parceiro desfavorecido.

Só está atrás de Taiwan, Coreia do Sul e Austrália no ranking — politicamente, é possível incluir a Austrália no Ocidente, mas geográfica e economicamente, não.

Os armados EUA dos Bolsonaro são o segundo parceiro, mas até aqui o Brasil que está no vermelho em US\$ 3 bilhões. Há fatores a considerar. A disputa comercial iniciada em 2017 por Trump com os EUA direcionou os olhos chineses para cá, em especial na área de alimentos. Neste ano, 14,7% do que o Brasil exportou foi para a China e, desse valor, 79% foram em produtos agrícolas e matérias primas.

Veja a balança comercial entre Brasil e China



A pandemia, surgida na China, mas lá controlada, só fez acenar essa curva.

Adura reação da embaixada chinesa ante as declarações de Eduardo, chamado no Twitter de "um deputado brasileiro", podem ser contadas como prática diplomática também, mas a covardia virtual típica do clã presidencial em 2019 ter sido considerada mostra que teve efeito.

Na mais recente vez em que falou bobagem, quando condenou o manejo da pandemia por Pequim no começo do ano, Eduardo levou seu pai a ter de conversar por telefone com o líder chinês, Xi Jinping.

Os arroubos anti-China são uma constante no bolsonarismo, apesar de a viagem do brasileiro ao país asiático em 2019 ter sido considerada pragmática e produtiva.

A representação da China falou, e não é a primeira vez que isso ocorre, em "consequências" das falas do filho presidencial. O comportamento do pai em relação à vacina chinesa comprada pelo estado de São Paulo já havia chamado a atenção entre os diplomatas por misturar xenofobia com ignorância.

Os números econômicos mostram que as consequências estão à mão. O fôlego chinês já está concentrado em países africanos para, como substituiu os EUA, eventualmente substituir o Brasil em alguns itens de sua pauta.

A questão do 5G traz um agravante, que é o fato de Trump ter sido derrotado nas urnas por Joe Biden. Se parece claro que o democrata continuará sua política de enfrentamento com Pequim, não é certo que ele dará o tom de Guerra Fria 2.0 do republicano.

O cerco americano à Huawei, líder do mercado de 5G, foi bem sucedido, e a chinesa foi cortada do fornecimento de infraestrutura de redes em aliados de Washington, como o Reino Unido.

O Brasil, que está moldando seu leilão de frequências para o ano que vem, vinha na prática abrindo a porta para a presença de todos os competidores, até que uma ofensiva americana converteu de vez o governo de que usar equipamentos chineses é um perigo para a segurança nacional.

É natural discutir os riscos e ingênuo achar que eles inexistem, mas sempre cabe lembrar que quem me espionou na presidente brasileira, Dilma Rousseff (PT), foram os EUA. Isso dilui um tanto a autoridade moral do Rede Limpa.

O não fica ainda mais difícil de desatar pelo isolamento político de Bolsonaro, que tenderá a ser o mais vistoso integrante do bloco dos populistas autoritários com a saída de cena de Trump em janeiro.

Até aqui, o brasileiro podia arriscar os negócios do país, mas não estava sozinho no embate entre americanos e chineses. Se a rusga continuar em alta temperatura e insistir no seu americanismo, terá de fazer o impensável para a ala ideológica do governo e abraçar o governo Biden.

É um beco sem saída para Bolsonaro, seus filhos, ministros e colômbos em geral. Agora veremos o previsível vazamento de insatisfação do agronegócio e da ala militar para tentar contornar a nova crise criada pelo deputado.

Pode até ficar tudo bem. Mas, de arroubo em arroubo, a proverbial paciência milenar da ditadura chinesa acabará chegando ao fim.



Xinhua/Orionz - 24 nov. 2020/APP

ATOS MARCAM DIA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Em um momento em que mulheres estão mais expostas à violência devido ao isolamento social, manifestantes foram às ruas e líderes enviaram mensagens de conscientização para celebrar o dia internacional de combate à violência contra a mulher, comemorado em 2020 nesta quarta (25). A violência masculina também é uma pandemia. Antecede o coronavírus e vai sobreviver a ele, disse a diretora-executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka. Em 2019, 243 milhões de mulheres e meninas sofreram violência sexual ou física de seus parceiros. Neste ano, surgiram relatos de aumento da violência doméstica, cyberbullying, casamentos infantis e assédio. Na Cidade da Guatemala (foto), manifestantes fizeram uma vigília após uma mulher ser assassinada na terça (24). Países como Turquia e Itália também tiveram atos

Seu filho teme que o Papai Noel não apareça devido à Covid? Boris Johnson tem um conselho

LONDRES (REUTERS) O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, publicou nesta quarta-feira (25) uma carta enviada por um menino de oito anos com dúvidas sobre a presença do Papai Noel em meio à pandemia de coronavírus.

No recado manuscrito, o garoto, chamado Monti, perguntou se o Papai Noel viria se ele deixaria um desinfetante para as mãos junto com os biscoitos. "Eu entendo que você é muito ocupado, mas você e os cientistas podem, por favor, falar sobre isso?", questiona.

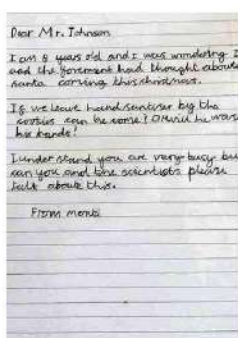
Em resposta, Boris disse que milhões de crianças estão perguntando a mesma coisa. "Outra agradecida ao país com o status de trabalhador essencial — geralmente reservado a profissionais de saúde e entregadores — foi a 'fada do dente', personagem que recompensa com uma pequena quantia de dinheiro crianças que deixam sob o travesseiro dentes de leite que caíram.

propagação do vírus — e usado por você mesmo. Lavar suas mãos regularmente é exatamente o tipo de coisa que vai colocar você e seus amigos na lista de bons meninos."

Em abril, a primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, deu uma resposta semelhante às crianças neozelandesas atribuindo ao coelho da Páscoa o status de trabalhador essencial.

Ela alertou, contudo, "caso o coelho da Páscoa não vá até a sua casa, precisamos entender que é um momento um pouco difícil para que ele chegue a todos os lugares".

Outra agradecida ao país com o status de trabalhador essencial — geralmente reservado a profissionais de saúde e entregadores — foi a "fada do dente", personagem que recompensa com uma pequena quantia de dinheiro crianças que deixam sob o travesseiro dentes de leite que caíram.



Reprodução da carta escrita pelo garoto britânico Monti e publicada pelo primeiro-ministro nas redes sociais

“Só para ter certeza, liguei para o Polo Norte e posso te dizer que o Papai Noel está pronto e ansioso para ir. Deixar o desinfetante com os biscoitos é uma excelente ideia para ajudar a prevenir a propagação do vírus”

Boris Johnson premiu o menino, em resposta ao garoto Monti

Jacinda acrescentou que, naquele momento, ambos os personagens poderiam estar "bem ocupados em suas casas, com suas famílias e seus próprios coelhinhos".

Se os premiês de Reino Unido e Nova Zelândia tiveram tanto para abordar o assunto, o mesmo não pode ser dito sobre o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Em dezembro de 2018, uma garota de sete anos conversou por telefone com o republicano na noite de Natal. A conversa viralizou porque Trump lançou dúvidas sobre a existência do bom velhinho ao perguntar se Collman Lloyd ainda acreditava na figura.

Em seguida, após descobrir a idade da criança, o presidente pergunta: "Aos sete anos, não é [julgo] insignificante?" "Sim, senhor", respondeu ela.

Depois, Collman admitiu ao jornal americano Post and Courier que não sabia o significado da palavra usada pelo presidente — "marginal" — para se referir à pequena quantidade de crianças dessa idade que acredita em Papai Noel. A garota acrescentou que,

após conversar com o líder americano, ela e sua família deixaram biscoitos e leite achocolatado para o Papai Noel na véspera do Natal. Na manhã seguinte, as lembranças haviam sumido e embaixo de sua árvore de Natal havia um presente com o nome de Collman no embrulho.

A cena se passou na sala de jantar da Casa Branca. O presidente e a primeira-dama, Melania Trump, sentados ao lado de duas imensas árvores de Natal, receberam telefonemas de crianças americanas.

Elas ligaram na esperança de falar com o Comando de Defesa Aeroespacial da América do Norte (Norad, na sigla em inglês), que monitora em tempo real os movimentos do Papai Noel ao redor do mundo na véspera de Natal, e alguns dos telefonemas foram transferidos para o presidente e a primeira-dama.

A época, o jornal The New York Times noticiou o ocorrido com o seguinte título: "Crianças, por favor não leiam este texto sobre o que Trump perguntou a uma garota de sete anos sobre o Papai Noel".

Empresários lançam estudo em defesa de negócios com a China

Estratégia de longo prazo propõe ver país asiático como referência e oportunidade

Eduardo Cocolo

SÃO PAULO Estudo encomen-
dado pelo Conselho Empre-
sarial Brasil-China propõe
que os brasileiros olhem o
parceiro asiático cada vez
menos como competidor e
ameaça e cada vez mais co-
mo referência e oportuni-
dade, em especial para diversi-
ficar a pauta de exportação e
absorver novas tecnologias.

O documento, que foi bati-
zado de "Bases para uma Es-
tratégia de Longo Prazo do
Brasil para a China", será divul-
gado nesta quinta-feira (26)
pela entidade em um evento
que prevê a presença do vice-
presidente Hamilton Mourão.
O conselho reúne diploma-
tas brasileiros e empresários
que já mantêm relações com
a China ou têm interesse no
parceiro comercial. Entre os
associados, estão instituições
financeiras e empresas como
Banco do Brasil, Bradesco, BRF,
CPFL, Embraer, Itau e Vale.

O estudo é lançado num
momento de seguidas con-
trovérsias políticas e econô-
micas, em que o país asiáti-
co é apontado como ameaça
pelo governo Jair Bolsonaro
e no contexto de uma dis-
puta comercial e tecnológica
mais acirrada com os EUA.

No capítulo mais recente,
Eduardo Bolsonaro publicou
na sua conta no Twitter, na se-
gunda (23), que o programa
Clean Network, ao qual o Bra-
sil declarou apoio, protegeseus
participantes de invasões e vi-
olações. Segundo ele, a inicia-
tiva afasta a tecnologia da Chi-
na e evita a sua espionagem.

No dia seguinte, Pequim re-
bateu. A embaixada da China
no Brasil afirmou na terça (24)
que o deputado segue os EUA
ao caluniar a China e pediu
que a retórica norte-americana
seja abandonada para evi-
tar "consequências negativas".
O embaixador Luiz Augusto
de Castro Neves, presiden-
te do Conselho Empresarial
Brasil-China, afirma esperar
uma boa recepção das pro-
postas pelo governo brasilei-
ro, mas que o alvo priori-
tário é a iniciativa privada.

"Eu chamaria a atenção pa-
ra o fato de que ele está se-
ndo apresentado ao vice-
presidente da República. Espe-
ramos que receba uma boa
acolhida por parte do gover-
no brasileiro, mas lembraria
que somos um conselho em-
presarial, formado por em-
presas privadas que têm inter-
esses em fazer negócios com
a China, em vender, investir e
receber investimentos."

Hamilton Mourão faz par-
te da Comissão Sino-Brasilei-
ra, presidida pelos vice-
presidentes dos dois países, que
voltará a se reunir em 2021.

O estudo foi elaborado pela
diplomata e economista Tati-
ana Rosito, que integra o Co-
mitê Consultivo da entidade
e representou o Brasil como
diplomata e chefe do escritó-
rio da Petrobras em Pequim.

O documento indica três
principais caminhos para
aproveitar as oportunidades
geradas pelo avanço da econo-
mia chinesa. Também aponta
três eixos (econômico, institu-
cional e de sustentabilidade) e
três agendas (infraestrutura,
finanças e tecnologia) para o
relacionamento com a China.

O primeiro caminho é a
agregação de valor às com-
modities exportadas pelo Bra-
sil para a China, por meio da
intensificação das relações
com o mercado chinês e da
descoberta de novos nichos.

A proposta cita também a
adoção pelo país de tecnologi-
as ou de partes das cadeias de
produção que deixaram a Chi-
na, além de uma combinação
de importações de commodi-

ties industriais chinesas com
a agregação de valor para con-
sumo no Brasil ou exportação.
"Tão importante quanto o
que o Brasil pode exportar para
a China é o que o Brasil im-
porta ou pode importar e co-
mo pode construir canais es-
táveis e eficientes para absor-

ção de novas tecnologias em
que a China oferece liderança
crescente", diz o documento.
"Há ainda oportunidades a
serem exploradas pelas em-
presas brasileiras fornecedoras
de matérias-primas para
a China no desenvolvimento
de negócios que possam ir

ao encontro das necessida-
des chinesas, inclusive atra-
vés da criação de novos mer-
cados mediante a educação
dos consumidores chineses
para produtos sustentáveis
produzidos no Brasil ou asso-
ciados a marcas brasileiras."

Continue na pág. A20

Black Friday

Cadeira Aeron Grafite
Completa
com todos os ajustes
12X R\$740,00



ParanáWeller

SABARTIA | 12 ANOS



Fale com um consultor

NOVO
AMBI-
ENTE

Al. Gabriel Monteiro da Silva, 693

111 0162-292

shop@novambiente.com.br

novambiente.com.br | @novambiente

E daqui pra frente?



O Safra só é o Safra porque,
há mais de 175 anos, está
sempre pensando sério
no "daqui pra frente".

Nossos especialistas têm
um cuidado especial a cada
escolha e a cada movimentação.

Daqui pra frente,
repense seus investimentos.

Abra sua conta agora.
Invista como
um especialista.



Safra

Central de Atendimento Safra: 55 (11) 3253-4455 (capital e Grande São Paulo) e 0300-105-1234 (demais localidades) - de 2ª a 6ª feira, das 8h às 21h30, exceto feriados. Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC): 0800-772-5793, atendimento a portadores de necessidades especiais auditivas e de fala: 0800-772-4136 - 24 horas por dia. Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito): 0800-770-1235, atendimento a portadores de necessidades especiais auditivas e de fala: 0800-727-7555 - de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados, ou acesse www.safra.com.br/atendimento/ouvidoria.html, www.safra.com.br

mercado

PAINEL S.A. | Ricardo Balthazar (Interim)

Pé no ringue

Um mês após anunciar o desenvolvimento de uma plataforma para forçar aplicativos de serviços de entrega a competir e baixar seus preços, a Abrasel...

TUDO MEU Na denúncia apresentada em outubro, o Rappi questiona a legalidade dos contratos de exclusividade firmados por iFood em restaurantes...

NA PRANCHETA A Abrasel vem buscando parceiros para viabilizar sua plataforma, Botzuda como Open Delivery...

ESPERAR PARA VER As maiores empresas do ramo reagiram à iniciativa de formas diferentes. O Uber Eats diz ser favorável a medidas que ampliem opções para restaurantes e consumidores...

SONDAGEM O Movimento Impacto, que será lançado por presidentes de 43 grandes empresas e pela Fundação Dom Cabral...

A CASA É SUA O encontro, realizado após convite do Palácio do Planalto a todos os conselheiros da agência regulatória independente...

ESCALAÇÃO Participam da iniciativa presidentes de empresas como Gerdau, General Electric, Novartis e PayPal.

LADO A LADO O Banco Pan iniciou projeto de mentoria para mulheres jovens de baixa renda em parceria com o Instituto Plano de Meritais.

PRIMEIRO PASSO O processo de seleção das meninas, que têm entre 17 e 21 anos, foi feito pelo instituto com jovens já atendidas pela entidade.

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA Competição repleta? Autônomo, empregador e facultativo...

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



Tabela com 2 colunas: Descrição do indicador e Valor atual/Variação.

Tabela com 2 colunas: Descrição do indicador e Valor atual/Variação.

*O gráfico apresenta o movimento percentual em 18 dias para empresas, para pessoas físicas, vence em 15 dias

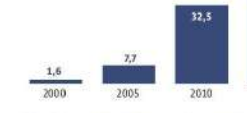
Empresários lançam estudo em defesa de negócios com a China

Continuação de pag. A19

Dentro da ideia de que uma estratégia para a China de longo prazo deve estar ligada a uma estratégia nacional de desenvolvimento, Tatiana Rosito utilizou como ponto de partida um documento divulgado em 2018 pela administração Michel Temer...

Exportações para China devem dobrar após dez anos

Exportações, em US\$ bilhões



Principais áreas de investimentos chineses no Brasil em 2018, em US\$ bilhões



*Dados até outubro | Fonte: Banco Central e Ministério da Economia

divulgado pelo CEBC (Conselho Empresarial Brasil-China). De acordo com o conselho, que reúne diplomatas brasileiros e empresários que mantêm interesses ou relações com a China...

Segundo o documento, estima-se que a classe média da China seja de 200 milhões de pessoas (36% da população urbana, ante 50% nos EUA) e espera-se que a urbanização e o crescimento de renda per capita...

Nesta semana, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, disse que a iniciativa afasta a tecnologia da China e evita espionagem do país asiático.

Em resposta, a embaixada chinesa no Brasil pediu que a retórica norte-americana seja abandonada para evitar "consequências negativas".

O documento lembra que Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido e Índia, também têm colado barreiras ao avanço chinês nessa área. Além da questão do acesso a outros mercados, as empresas da China dependem da importação de microchips...

Saiba como a China pode virar a maior economia do mundo

A China deve se tornar a maior economia do mundo em dez anos, ultrapassando os EUA, considerando o valor do PIB das duas economias em dólares.

De acordo com estatísticas do documento "Bases para uma estratégia de Longo Prazo do Brasil para a China", o país asiático ainda estará longe de alcançar os americanos em relação ao PIB per capita...

No início de novembro, em um novo encontro contra a participação da Huawei no futuro mercado de 5G, o governo Jair Bolsonaro declarou apoio aos princípios do Clean Network, iniciativa americana sobre segurança nas redes que tem como alvo limitar a presença chinesa no setor.

No início de novembro, em um novo encontro contra a participação da Huawei no futuro mercado de 5G, o governo Jair Bolsonaro declarou apoio aos princípios do Clean Network, iniciativa americana sobre segurança nas redes que tem como alvo limitar a presença chinesa no setor.

No início de novembro, em um novo encontro contra a participação da Huawei no futuro mercado de 5G, o governo Jair Bolsonaro declarou apoio aos princípios do Clean Network, iniciativa americana sobre segurança nas redes que tem como alvo limitar a presença chinesa no setor.

Se o presidente do BC tem um plano melhor, pergunte a ele, diz Guedes

Ministro responde a afirmação de Campos Neto de que país precisa ganhar credibilidade fiscal

BRASÍLIA O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta quarta-feira (25) que o Brasil precisa ganhar credibilidade a partir de reformas de um plano que mostre que o país está preocupado com a dívida pública.



Isenção de conta de luz no Amapá vai encarecer crédito no país

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro assinou medidas provisórias para isentar os consumidores do Amapá do pagamento de contas de energia referentes aos últimos 30 dias.

O custo para o Tesouro com a operação será de até R\$ 80 milhões. O governo vai compensar o gasto com a antecipação do fim da isenção do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre crédito.

mercado

ações do chefe da autoridade monetária, o ministro Paulo Guedes (Economia) respondeu: "O presidente Campos Neto sabe qual é o plano. Se ele tiver um plano melhor, pergunte a ele qual o plano dele, qual o plano que vai recuperar a credibilidade".

Campos Neto disse em um evento virtual que a credibilidade do país geraria mais crescimento econômico que eventual prorrogação de medidas de enfrentamento à pandemia ou outros iniciativas que demandariam gastos públicos. "É importante ver qual é o ganho que se tem com essas medidas [de enfrentamento à pandemia]. Chega a um ponto em que a situação fiscal está tão fragilizada que pode gerar crescimento a curto prazo, mas a falta de credibilidade pode afetar isso lá na frente e gerar um efeito contrário ao desejado, contractionista em vez de expansionista", disse em evento promovido pelo Sicoob nesta quarta.

sentindo falta de um plano quinquenal dá um pulinho ali na Argentina, ali na Venezuela", disse Guedes. "O dia em que a Bolsa estiver caindo 50%, o dólar explodindo, aí vou dizer que falta credibilidade", completou.

Grupo liderado por mulheres se reúne com Bolsonaro

Bruna Narcizo

SÃO PAULO O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) participou de um almoço com cerca de 150 empresários nesta quarta (25), em São Paulo. Também estavam presentes os ministros Paulo Guedes (Economia), Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura), Bento Albuquerque (Minas e Energia), Fábio Faria (Comunicação) e Ricardo Salles



O ministro Paulo Guedes (Economia), o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, o presidente do Grupo Voto, Karim Miskulin, e Jair Bolsonaro em almoço, em SP. Alan Santos/Divulgação/Presidência

(Meio Ambiente).

O evento, que conseguiu reunir tantas autoridades, foi organizado pelo Grupo Voto, fundado pela cientista política Karim Miskulin há 16 anos no Rio Grande do Sul, o grupo afirma que aproxima o setor público do privado através de eventos de relacionamento.

Pessoas ouvidas pela reportagem, que preferiram que seus nomes fossem mantidos em sigilo, disseram que o grupo é conhecido como "Li de de saias", em referência à empresa do governador João Dória (PSDB-SP), que promovia eventos com empresários e políticos. Dória está afastado

da gestão do Lide.

"Tico honrada com a comparação. O Dória fez um trabalho extraordinário no Lide e abriu espaço para mostrar com transparência essa relação do público com o privado. Nosso objetivo é o mesmo", afirma a fundadora e presidente do Grupo Voto, Karim Miskulin.

"Agente tem um diferencial. Por sermos liderado por mulheres, conseguimos tornar o ambiente mais humanizado. Eu não vou me candidatar."

Segundo ela, o Grupo Voto nasceu como uma revista feita por mulheres para envolver mais mulheres nos as-

suntos dominados pela política. Há nove anos, começaram os eventos com empresários e políticos.

"Temos um carro-chefe chamado Ciclo Brasil de Ideias. Já levamos os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Lula e Temer enquanto estavam no poder", afirma ela. Para conseguir reunir Bolsonaro e a lista de ministros, ela conta que a negociação começou no início do ano. Miskulin camufla o ministro Onyx Lorenzoni (Cidadania) e do ex-ministro Osmar Terra.

A presidente diz que o grupo é apertadário, mas defende uma agenda liberal.

A previsão era que o impacto zero para essas operações vigorasse até o fim do ano, mas ele foi antecipado para esta quinta (26).

A isenção era uma das medidas adotadas pela equipe de Paulo Guedes para reduzir os impactos econômicos da pandemia.

O Amapá vive uma crise no fornecimento de eletricidade com o blecaute que começou no dia 3, depois de um incêndio na subestação Macapá. A interrupção no sistema de fornecimento de energia atingiu 14 dos 16 municípios do estado, que concentram cerca de 90% da população. Parte do serviço foi restabelecida, mas um novo apagão atingiu o estado no dia 17.

Em visita ao Amapá no sábado (21), o presidente disse que os afetados pelo apagão seriam compensados na conta. Ricardo Della Coletta, Bernardo Caram e Renato Machado

seminários folha

folha.com/openbanking

HOJE
15h às 18h

Evento gratuito

Assista ao vivo em folha.com/openbanking e participe enviando perguntas para o **WhatsApp** 11 99648-3478

Entenda o que é o open banking e como isso pode trazer novas oportunidades para a sua vida financeira

Com a implementação do open banking preste a ser iniciada no Brasil, o Seminário Folha Open Banking pode auxiliar o público a entender melhor essas mudanças. Saiba como o compartilhamento de dados financeiros poderá afetar a relação entre consumidores e empresas e conheça os exemplos bem-sucedidos desse sistema em outros países.

DEBATE 1 15h

RELAÇÃO DO CONSUMIDOR COM O SERVIÇO FINANCEIRO

BRUNO MAGRANI
diretor de relações institucionais da Nubank

CARLOS RAGAZZO
professor da FGV

MARDILSON FERNANDES QUEIROZ
conselheiro do Departamento de Regulação do Banco Central

PAULA SAYÃO
diretora de negócios digitais do Banco do Brasil

DEBATE 2 16h

BUSINESS TO BUSINESS

MARCELO G. DE A. PRADO
coordenador acadêmico do MBA em estratégia de mercado da FGV

MARISA ALBUQUERQUE
vice-presidente da Fábrica de Softwares e Inovação da Globalwvco.

RICARDO TAVEIRA
fundador da FinTech Quanto

DEBATE 3 17h

OUTRAS OPORTUNIDADES

DAVI CUNHA
head de fintech, pagamentos e open banking na SouthRock Lab

FÁBIO FACCIO
diretor presidente de Logis Renner

JOÃO PEDRO PARO
presidente da Mastercard Brasil e Cone Sul

#sigafolha • Cobertura especial do evento.
• Vídeos e reportagens no site da Folha.

Relator adiciona tributação de dividendos à reforma

Intenção é votar a proposta de emenda constitucional (PEC) 45 para dar sinalização forte aos investidores para a retomada da economia

Por **Raphael Di Cunto** — De Brasília

26/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), prometeu aos partidos de oposição que apresentará na próxima semana seu parecer à proposta e incluirá no texto a tributação de dividendos, a proibição de dedução de juros sobre o capital próprio nos balanços e a tributação “progressiva” de herança e patrimônio.

Reforma tributará renda e patrimônio

O parecer à PEC 45, que unifica cinco tributos num Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), não definirá as regras para essas tributações. Conterá só os comandos constitucionais, segundo três fontes ouvidas pelo **Valor**. A regulamentação e implantação ficarão para depois, por meio de leis ordinárias ou complementares.

A ideia é que a Constituição passe a prever explicitamente a tributação dos dividendos das empresas, hoje proibida por lei. Dependeria do Congresso votar a legislação infraconstitucional com essas regras.

Já a tributação progressiva sobre heranças estaria incluída na Constituição como um dispositivo transitório. Atualmente, o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) é de competência dos Estados, que teriam que reformá-lo para se adequar à nova previsão. Com isso, segundo parlamentares, seria aberta possibilidade de aumento da alíquota máxima, hoje de 8%.

Na questão do patrimônio, também haveria o comando para mudanças nas leis com o objetivo de cobrar mais dos que ganham mais e aliviar a carga tributária sobre os mais pobres. Uma das sinalizações do relator é que será incluída a cobrança de Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA) de aeronaves e barcos motorizados. As alterações no Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas, já defendidas pelo governo, ficaria para o debate em leis futuras.

A Constituição já prevê que os impostos “serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte”, mas esse dispositivo genérico, observa o deputado Afonso Florence (PT-BA), não foi suficiente para garantir que os mais ricos paguem mais que os mais pobres.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

'Nova' Lei de Falências inclui Fisco e produtor

Proposta foi aprovada nos mesmos termos da Câmara dos Deputados, mas com algumas emendas de redação que ampliam os efeitos da lei

Por **Vandson Lima e Renan Truffi** — De Brasília

26/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Senado aprovou ontem mudanças na Lei de Falências, com alterações em relação ao texto aprovado pela Câmara. Com as modificações, os senadores ampliaram os efeitos da lei ao permitir, por exemplo, que produtores rurais possam requerer a recuperação judicial. A nova versão diz ainda que, uma vez em recuperação, as empresas poderão parcelar dívidas tributárias em até dez anos. Outro benefício criado é a suspensão da execução de dívidas por 60 dias, prazo para a realização de negociações extrajudiciais com os credores. O texto vai agora para sanção presidencial.

Saiba Mais

[Lei de Falências é aprovada pelo Senado e vai à sanção presidencial](#)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

THERAPY JOKER

Justiça exclui MPes de plano de recuperação

Beneficiadas são micro e pequenas empresas, que poderão receber os valores devidos integralmente, sem carência e qualquer desconto

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

26/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Decisão inédita da 2ª Vara de Recuperações e Falências de São Paulo excluiu toda uma classe de credores - formada por micro e pequenas empresas - do processo de recuperação judicial de uma companhia. De acordo com o magistrado, os 67 credores que compõem essa classe representam menos de 1% da dívida total de R\$ 86 milhões incluída no plano de recuperação e o caixa da companhia é dez vezes maior que os R\$ 776 mil devidos a esses pequenos credores.

Saiba Mais

[Justiça retira pequenos credores de processo de recuperação judicial](#)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO



Por Fabio Graner

Fabio Graner é repórter na sucursal de Brasília. Está no Valor desde junho de 2016, na cobertura de macroeconomia, em especial de política fiscal.

Esquentando debate sobre volta à austeridade

Equipe econômica considera que espaço fiscal é quase inexistente

26/11/2020 05h00 - Atualizado há 5 horas

Em meio às discussões crescentes sobre o rumo da política fiscal brasileira nos próximos meses, acaba de sair do forno o livro "Economia Pós-Pandemia". O material joga lenha na fogueira desse debate ao fazer um ataque frontal ao teto de gastos e à ideia da atual equipe econômica de voltar, no início de 2021, à austeridade para controlar a trajetória de endividamento do país.

Organizado pelos economistas Esther Dweck, Pedro Rossi e Ana Luiza de Oliveira, todos de corte heterodoxo, o livro discute não só a questão conjuntural sobre a política fiscal e seus diversos impactos na economia, mas também temas estruturais e de longo prazo. Entre eles, a interação da arquitetura de gastos públicos e tamanho do Estado com os problemas crônicos do país, como racismo e desigualdades social e de gênero.

PUBLICIDADE



Equipe econômica avalia que espaço fiscal quase inexistente

Outrora tido como inimigo pela esquerda, o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) é citado no livro para corroborar a tese de que o Brasil não deveria partir para uma contração fiscal da ordem de 8% do PIB, que está sendo contratada para o próximo ano. Embora o organismo internacional tenha feito a ressalva de que países com alto endividamento têm menos espaço de ação, a direção proposta realmente é em uma linha contrária à austeridade no curto prazo, o que desagradou parte da equipe econômica.

"[A austeridade] é anacrônica porque nega o papel da política fiscal como indutora do crescimento e do emprego em um momento de grave crise econômica, destoando do debate internacional e até de instituições como o FMI. E cruel pois agrava as desigualdades de gênero, raça e classe e representa um retrocesso na garantia de direitos humanos", dizem os autores na abertura do livro.

O pressuposto do material é que a agenda proposta pelo ministro Paulo Guedes e sua equipe, que tem forte apoio do mercado financeiro e de grande parte dos economistas de linha ortodoxa, vai na contramão da necessidade de reconstrução econômica após o choque gerado pela pandemia. E traria as possibilidades de construção de um país "mais justo".

“As regras fiscais devem garantir a atuação estabilizadora da política fiscal ao longo do ciclo econômico... Essa atuação é absolutamente funcional para a sustentabilidade fiscal, entendida como estabilização da dívida pública”, dizem. A mensagem é que a questão da dívida pública precisa ser atacada também pela ótica do crescimento econômico, que seria prejudicado pela volta à austeridade econômica.

Em um dos capítulos, os economistas Julia Braga e Franklin Serrano tentam mostrar que não haveria razões para preocupações exacerbadas com a trajetória da dívida. Lembram que o processo de alta nesse indicador ocorreu de forma generalizada no mundo e aponta que o “novo patamar não significa necessariamente que esta vai assumir uma trajetória explosiva ao longo do tempo”.

“O grande perigo no momento não é, portanto, o Estado gastar e se endividar demais. Dada a gravidade da crise e a impossibilidade de os gastos do setor privado liderarem a recuperação neste momento, o perigo real é fazer de menos: sair do Estado de Emergência e manter regras fiscais restritivas como o teto de gastos, o que desperdiçaria essa janela de oportunidade e tornaria inviável esta reconstrução”, dizem.

Já Esther Dweck, ex-secretária de Orçamento Federal, aponta que o teto de gastos segue uma lógica equivocada de redução do Estado. Ela calcula que a despesa per capita do país vai passar de R\$ 6,3 mil em 2017 para R\$ 5,9 mil em 2026, comprometendo a prestação de serviços e o combate à desigualdade. “O Brasil gasta por cidadão menos da metade da média da OCDE, sendo até um terço do gasto por países com Estados de bem-estar social desenvolvidos”, diz.

Para Pedro Rossi há um “terrorismo fiscal” que visa inibir a busca de alternativas e o livro tenta enfrentar isso. Ao Valor ele admitiu que as “convenções” do mercado financeiro em favor da austeridade representam uma restrição, por sua capacidade de desestabilizar os preços dos ativos. Mas acredita que no longo prazo a volatilidade se dissipa. Além disso, explica, o governo tem mecanismos para atuar e conter movimentos de fugas de capitais e de lidar com eventual dificuldade de rolagem de dívida, aceitando juros mais altos, por exemplo. Ele lembra que, mesmo com o repique recente, os juros de longo prazo estão em patamares baixos.

Na equipe econômica, contudo, a resistência a uma política fiscal menos restritiva em 2021 é grande. Embora já se admita a possibilidade de ter que prorrogar o auxílio emergencial por alguns meses, essa ideia é vista como preocupante em um país “superendividado”. Por isso, se tiver que fazer, a intenção é que seja em tamanho menor, como revelou o Valor.

Segundo uma fonte da Economia, o espaço para política anticíclica está praticamente esgotado, e seu eventual uso terá um custo social maior. Esse interlocutor aponta ainda que o teto de gastos não é uma restrição em si e, se for necessário agir em segunda onda da covid-19, a regra oferece a saída do crédito extraordinário. Mas, diz, a questão é a capacidade de o país se endividar mais, que parece ter ficado muito restrita como mostram o encurtamento dos prazos e a alta dos juros.

Outro interlocutor do governo reforça que o plano é sim voltar à normalidade, mas que, se houver necessidade (uma segunda onda acompanhada de medidas de isolamento), é possível gastar entre 1% e 2% do PIB a mais do que o previsto para 2021. Isto levaria o déficit do ano que vem para cima de 4% do PIB.

Criador do Observatório Fiscal do Ibre/FGV, o ex-secretário de Política Econômica Manoel Pires disse em evento promovido pela Associação Keynesiana Brasileira que o teto de gastos é uma regra “inviável” e que, em meio à pandemia, o país vai ter que discutir uma nova regra fiscal. Ele admite que essa mudança deve ter um custo e que o caminho é encontrar um mecanismo que sinalize sustentabilidade de longo prazo e com alguma flexibilidade de curto prazo.

Ao Valor Pires reconheceu que o governo tem um desafio complexo à frente. De um lado precisa endereçar a questão de curto prazo, como renovar ou não, e em que termos, o auxílio emergencial. De outro, precisa dar sinalização de longo prazo para a sustentabilidade fiscal.

Fica a torcida para que Guedes consiga resolver essa equação com o menor custo econômico e social possível para o país.

Fabio Graner é repórter. O titular da coluna, Ribamar Oliveira, está em férias

E-mail: fabio.graner@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

20 Escândalos que o Discovery Channel tentou esconder dos espectadores
DESAFO MUNDIAL

LINK PATROCINADO

A chave para diminuir a próstata foi descoberto e custa barato.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse
THERAPYJOKER

LINK PATROCINADO

Quem usa internet precisa desse aparelho, veja porque todo mundo o ama
WIFI ULTRABOOST

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Cade aprova compra da Orizon, que atua em saúde, pelo Bradesco

VALOR INVESTE

Arezzo compra 75% do capital da Troc, brechó on-line de luxo

VALOR INVESTE

Guedes defende venda da Eletrobras, mas diz que Congresso trava privatizações

Economia caminha para ritmo fraco de crescimento em 2021

A atividade econômica brasileira deve ter uma recuperação cíclica no próximo ano, depois do tombo de 2020, mas enquanto as projeções oscilam num grande intervalo, entre 2,1% e 4,5%, parece certo que o crescimento do Produto Interno (PIB) atribuído a 2021 deverá ser muito pequeno.

As indefinições fiscais, o aumento do desemprego e a queda na renda das famílias vão pesar. As notícias recentes sobre a eficiência das vacinas contra a covid-19 amenizam um pouco o balanço de riscos, mas as incertezas permanecem relevantes.

Depois de um terceiro trimestre com crescimento entre 7% e 8% sobre o segundo, analistas têm estimado que o PIB do quarto trimestre deve crescer entre 1% e 2%. O carregamento estatístico deixado para 2021 seria positivo entre 2,5% a 3%. Isso significa que, se o PIB encerrar o ano que vem no mesmo nível do fim de 2020, o crescimento em 2021 será de 2,5% a 3%.

Assim, sem a chamada herança estatística, a atividade “gerada” em 2021 ficaria entre próxima a zero e crescimento de 1,5%.

“A projeção de crescimento em 2021 está absolutamente influenciada pela questão estatística”, afirma Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, que estima expansão de 4% no próximo ano. “Teremos impulso externo dado por câmbio e preços de commodities, e impulso interno, com o juro baixo, mas não é um cenário exuberante”, afirma ele. O BV estima queda de 5% no PIB deste ano, com altas de 8,3% no terceiro trimestre e 2,2% no quarto, na série com ajuste sazonal. “Isso gera um carregamento estatístico próximo de 3%.”

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, diz que num período tão atípico como o atual, o “carry over” (o carregamento estatístico) não diz muito, mas que 2021 deve ser um ano de fraco crescimento. Sua estimativa é de queda de 3,8% no PIB de 2020 e expansão de apenas 2,2% em 2021. “O ‘carry over’ dá a impressão de que o país vai conseguir entregar aquele resultado, o que muitas vezes não ocorre. Evito olhar esse dado, mas no fim a leitura é essa, de um ano estagnado”, diz.

No primeiro trimestre de 2021, o país ainda estará às voltas com a pandemia, com alguma regra de isolamento em curso por causa do repique recente de casos. As vacinas, embora promissoras, não devem chegar tão logo à maior parte da população. Sem falar na retirada das transferências de renda às famílias. “Devemos ter um primeiro trimestre muito fraco. Se o governo desse uma sinalização mínima positiva na parte fiscal entregaria o ano um pouco mais tranquilo”, afirma Vale, para quem essa possibilidade parece distante. “Já há algum tempo não acreditamos que o governo terá capacidade de entregar o que é necessário [reformas]. Não foi nos últimos dois anos, não vai ser agora.”

Padovani, do BV, diz que exportações e juros baixos são fatores que devem dar condições de o país crescer mais do que zero a cada trimestre. Além disso, ao longo do próximo ano, o impacto do fim do auxílio emergencial pode ser suavizado pela poupança das famílias acumulada ao longo deste ano e a regularização gradual do setor de serviços.

“A renda do trabalho não volta imediatamente, então a poupança é um dado central nesse ponto”, afirma. A estimativa do BV, conservadora, diz Padovani, é que a massa ampliada de renda ainda caia 1,3% em 2021, depois de recuar 3,8% neste ano. Massa ampliada inclui, além dos salários, transferências como o Bolsa Família e aposentadorias e pensões.

Vale, da MB, observa que, no lado da demanda, 85% do PIB é consumo e investimento, duas linhas para as quais as perspectivas não são boas. No lado da oferta, o economista vê o setor de serviços voltando enfraquecido. De uma forma geral, diz as empresas entraram no segundo momento da pandemia, de flexibilização, fragilizadas e com as medidas de apoio do governo já no fim. “A chance de ver um forte aumento nas falências recuperações judiciais é muito grande, o que pode significar mais desemprego”, diz.

Um outro ponto negativo é a pressão de custos provocada pelo aumento da inflação recente. Sem poder repassar o aumento, a variável de ajuste pode ser o emprego. “Deve ter aumento da informalidade. Não vejo consumidor voltando forte em 2021”.

No investimento, a grande capacidade ociosa combinada ao aumento mais recente da curva de juros de longo prazo diante das incertezas fiscais não autoriza grandes expectativas. Vale ainda acredita que a pressão sobre as políticas ambientais brasileiras com a vitória de Joe Biden nos Estados Unidos pode se traduzir em redução de investimentos no país.

O Congresso deve continuar empenhado em reformas, mas a janela para aprová-las está se fechando, diz Padovani. “O que nos deixa preocupados é que o debate em torno da eleição para a presidência da Câmara e do Senado pode retardar toda a agenda, que é muito apertada”, diz. Além da aprovação da LDO, o Congresso deve se debruçar sobre algum tipo de reforço do Bolsa Família ou sobre um novo programa de transferências, as PECs Emergencial e do Pacto Federativo.

O economista diz que, a despeito das indefinições, considera que é de 90% a chance de que o país continue sendo responsável na gestão econômica. “Não estamos super otimistas com o Congresso, mas não estamos pessimistas com possibilidade de retrocesso. Não vemos abandono da regra do teto.” Nesse cenário, as várias notícias positivas sobre a vacina contra a covid-19 são um alento, mas ainda têm que se traduzir em imunização da população, o que leva tempo.

Para a LCA Consultores, a vacina torna o balanço de riscos mais equilibrado, mas a recuperação econômica “continuará a enfrentar vários ventos contrários” - o fim do auxílio, o aumento da inflação e o repique de casos de coronavírus, que pode provocar uma recuperação ainda mais irregular dos serviços.

Incerteza fiscal e risco de mais covid freiam retomada no 4º tri, aponta Ibre

A retomada da atividade econômica dá sinais de arrefecimento no quarto trimestre, em meio às incertezas no campo fiscal e risco de nova onda da covid-19. Além disso, a melhora da confiança dos consumidores estagnou, o que aponta para um adiamento das decisões de consumo, sobretudo entre os de renda mais baixa, nublando o cenário para os próximos meses e para 2021. O diagnóstico consta da edição de novembro do Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), antecipado ao **Valor**.

Para o terceiro trimestre, segue a expectativa de forte recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) após a retração da economia de 9,7% nos três meses imediatamente anteriores.

O boletim elevou levemente a projeção para o PIB do período, que deve mostrar alta de 7,4% ante o segundo trimestre, feitos os ajustes, ante e 7,1% na edição anterior. No ano, a queda projetada do PIB passou de 5,1% para 5%.

O ajuste foi puxado principalmente por resultados melhores no setor industrial e também em serviços de intermediação financeira e transportes.

“É um resultado bom, com crescimento no terceiro trimestre na margem, mas ainda sem compensar as perdas da crise. Novamente, o setor de serviços vai ser o destaque negativo. Essa recessão é muito diferente de qualquer outra, com muito heterogeneidade entre os segmentos”, diz Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro.

O trecho sobre conjuntura do documento, também assinado pela pesquisadora Luana Miranda, destaca que a indústria e o varejo já retornaram ao patamar pré-covid, ao passo que o setor de serviços permanecia, em setembro, 8% abaixo do nível de fevereiro. “Há, ainda, diferenças entre os subsetores. O principal destaque negativo é a categoria de serviços prestados às famílias, cuja atividade se encontra 36% abaixo do nível pré-crise”, afirmam as economistas.

De acordo com Silvia, as tradicionais revisões do PIB do ano anterior, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sempre no terceiro trimestre, também podem trazer alguma surpresa negativa, por causa da base comparativa. O Monitor do PIB, também elaborado pelo Ibre/FGV, estima que a alta do PIB de 2019 pode ser atualizada de 1,1% para 1,6%.

“Como tem revisão para trás, o PIB do terceiro trimestre pode surpreender e ter um interanual mais negativo”, explica Silvia. O Ibre projeta recuo de 4,9% da atividade nessa comparação. O IBGE divulga o PIB do terceiro trimestre em 3 de dezembro.

A partir de uma pergunta extra incluída na Sondagem do Consumidor de outubro, o Ibre/FGV identificou que o medo de desemprego (ou dificuldade de se obter uma colocação), a incerteza sobre a pandemia e a formação de poupança precaucional são os principais fatores que têm levado os consumidores a postergar o consumo de bens e serviços.

“Cerca de 62% dos consumidores estão adiando a compra de bens e serviços, uma tendência ainda mais forte entre consumidores de faixas de renda mais baixas (66,8% e 68,2%, respectivamente)”, destacam os pesquisadores Aloisio Campelo Jr, Rodolpho Tobler e Viviane Seda Bittencourt, na parte sobre confiança do Boletim Macro.

As faixas de renda da população também têm percepção diferente sobre a situação financeira do momento. Nas famílias da faixa de renda 1, com renda até R\$ 2,1 mil, o índice de situação financeira atual caiu de 74 para 71 pontos de setembro para outubro, e na faixa 2 (renda de R\$ 2,1 mil a R\$ 4,8 mil), recuou de 55,5 para 54,1 pontos - ambos com ajuste sazonal.

O primeiro grupo é, provavelmente, formado em grande medida por beneficiários do auxílio emergencial do governo federal, agora reduzido à metade do valor inicial, para R\$ 300. Já o segundo inclui famílias de baixa renda, mas não pobres, faixa da população também mais sujeita ao emprego informal.

Na via inversa, o indicador sobre a situação financeira subiu entre os brasileiros com renda entre R\$ 4,8 mil e R\$ 9,6 mil, de 78,2 pontos para 81,4 pontos na passagem de setembro a outubro. Já entre os com rendimento acima de R\$ 9,6 mil, houve leve baixa, de 74,6 para 74,2 pontos.

“A redução do auxílio emergencial, em conjunto com a aceleração da inflação, as incertezas relacionadas à recuperação do mercado de trabalho e a piora recente das condições financeiras, deve afetar o ritmo da recuperação da atividade no quarto trimestre”, afirmam Silvia e Luana.

O movimento foi observado a partir de dados Cielo sobre faturamento nominal de vendas de bens duráveis e não duráveis. “Em setembro, o faturamento nominal referente aos bens duráveis encontrava-se 2,4% acima do período pré-covid; em outubro, essa taxa se reduziu para 1,6%. Já no caso dos bens não duráveis, houve desaceleração de 5,5% em setembro para 3,5% em outubro”, dizem as economistas.

Falta de produtos no mercado interno é bom sinal, afirma Paulo Guedes

Para ministro, isso mostra que a demanda de consumo está retornando com força

Por Matheus Schuch — De Brasília

26/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que a falta de alguns produtos no mercado interno é um “bom sinal” de que a demanda de consumo está retornando com força.

Em palestra a empresários, em São Paulo, Guedes reforçou o discurso de que a recuperação da atividade econômica do Brasil após o impacto inicial da pandemia é exemplo para o restante do mundo. “Derrubamos um pouco a capacidade produtiva [no início da pandemia], os estoques não foram repostos e de repente [houve] um empurrão de demanda forte. Falta papel, embalagem (...) Mas é bom sinal, de que a demanda está vindo, está puxando”, afirmou o ministro da Economia.

PUBLICIDADE



Guedes argumentou também que a alta no preço de alimentos é reflexo de maior consumo proporcionado pelo pagamento do auxílio emergencial. Para que a situação não se torne permanente, segundo o ministro, será necessário aprovar a autonomia do Banco Central. O projeto ainda tramita no Congresso.

O ministro assegurou ainda possuir indicadores de que o consumo em geral, a arrecadação e os investimentos privados estão aumentando no país. Mas, a continuidade deste “ciclo virtuoso” da economia, para Guedes, depende da aprovação pelo Congresso Nacional de reformas estruturais.

O ministro lembrou ainda que alguns setores, como da construção civil, seguiram em alta mesmo durante a pandemia. “É o início de um ciclo longo, isso vai durar cinco, dez, 15 anos porque o Brasil nunca viu juros tão baixos.”

A retomada na geração de empregos, demonstrada no levantamento mensal do Caged, também deverá seguir em alta, de acordo com o ministro. O indicador referente a outubro será divulgado pela pasta hoje - 697,3 mil vagas formais foram criadas no terceiro trimestre.

“Nós caímos três meses e nos próximos três meses já estávamos subindo [em geração de emprego]. Os dados são esses, 100 mil empregos, 250 mil no segundo ano [sic], 300 mil empregos no terceiro ano [sic] e amanhã tem mais, amanhã tem outro Caged e já vem de novo. É possível que a gente termine o ano tendo perdido 200 mil empregos. Isso é um quarto do que foi perdido na recessão de 2015.”

A fala de Guedes ocorreu durante reunião-almoço promovido pela revista "Voto", em São Paulo, que também contou com a participação do presidente Jair Bolsonaro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Dermatologista: "faça isso pela manhã e veja as rugas suavizando"
DIATENA

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

20 Escândalos que o Discovery Channel tentou esconder
DESAFIO MUNDIAL

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com joanetes, zera a dor e vira febre em Salvador

Tesouro não vai avaliar Estados que acionaram Justiça contra União

Decisão também vale para municípios a União que tiverem decisão judicial para impedir que a União execute as contrapartidas de empréstimos não pagos

O governo federal não vai garantir novos empréstimos para Estados e municípios que tiverem decisão judicial para impedir que a União execute as contrapartidas de empréstimos não pagos. Com isso, a ideia é inibir a judicialização e reduzir risco de inadimplência. Atualmente, os Estados de Goiás, Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Norte têm esse tipo de pendência jurídica.

A medida consta de portaria assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e publicada ontem no “Diário Oficial da União” (DOU) que apertou as regras para concessão de novos empréstimos com aval da União ao acrescentar nos critérios de análise de crédito que “não serão consideradas suficientes as contragarantias” oferecidas por entes da federação que tenham decisões judiciais em vigor que obstem a execução de contragarantias oferecidas à União.

“Se existe uma decisão judicial que considera uma contragarantia não passível de execução, ou seja, a torna sem liquidez, então não há sentido em considerá-la suficiente para uma nova operação. Essa é a lógica da alteração implementada. Assim, o objetivo da medida é reduzir o risco de inadimplência nas operações garantidas pela União”, explicou o Tesouro Nacional por meio de sua assessoria de imprensa. Antes, só havia a previsão de que a concessão de novas garantias aos Estados e municípios que tivessem dívidas honradas pela União ficaria suspensa até que a contragarantia correspondente tenha sido satisfeita.

O Tesouro explicou ainda que nos últimos tempos “avolumou” o número de casos em que os entes da federação não pagam dívidas garantidas pela União e entram com ações na Justiça para impedir a execução das contragarantias. O ajuste feito na portaria visa inibir tal prática de judicialização, dando também ao Tesouro mais conforto nas análises, dispensando consultas jurídicas e outras avaliações similares.

Segundo o órgão, a medida não é direcionada a um ente específico mas visa inibir o questionamento judicial para impedir execução de contragarantias pela União e dar mais segurança às análises de garantia e contragarantia, independentemente do demandante. “Trata-se de uma medida de coerência: se o ente questiona os termos de contratos anteriores, e considerando que tais contratos são padrão, como pleitear a assinatura de um novo contrato semelhante”, explicou o Tesouro Nacional. Do limite de R\$ 7,5 bilhões em operações de crédito para Estados e municípios com o aval da União, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano, restam apenas R\$ 807,138 milhões para contratação.

No acumulado de janeiro a outubro deste ano, o Tesouro Nacional honrou R\$ 7,145 bilhões de dívidas não pagas por Estados e municípios. Deste total, o Estado do Rio de Janeiro foi responsável pelo “calote” de R\$ 2,669 bilhões, e Minas Gerais, de R\$ 2,1618 bilhão, segundo relatório do Tesouro sobre garantias honradas pela União no mês de outubro. O documento chama a atenção para o fato de a União está impedida de executar as contragarantias de diversos Estados que obtiveram liminares no Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019 e 2020 suspendendo a execução das referidas contragarantias, e também as relativas ao Rio de Janeiro, que está sob o Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Reforma tributará renda e patrimônio

O relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), prometeu aos partidos de oposição que apresentará na próxima semana seu parecer e incluirá a tributação de lucros e dividendos, a proibição de dedução de juros sobre o capital próprio e que a tributação de herança e patrimônio será “progressiva” (nos moldes do Imposto de Renda Pessoa Física), segundo três fontes ouvidas pelo **Valor**.

A incorporação faz parte de uma estratégia traçada junto com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o líder do MDB, Baleia Rossi (autor da PEC 45), para atrair os votos dos 130 deputados de oposição. Maia e um grupo de partidos estão em intensas reuniões para tentar votar a reforma até o fim do ano, ainda sob sua gestão, mesmo o calendário jogando contra. Faltam três semanas e meia para o recesso parlamentar.

Segundo líderes partidários envolvidos nas negociações, a intenção é votar a proposta de emenda constitucional (PEC) 45 para dar sinalização forte aos investidores para a retomada da economia. O acordo político envolveria apoiar o texto principal - o que ainda dependeria de qual o parecer divulgado - e decidir os pontos de divergência na votação de emendas no plenário.

A estratégia é unir o grupo de Maia à oposição para pressionar a base do governo. Essa construção, dizem, garantiria 330 votos “de partida” para votar a PEC - que exige 308 votos. Siglas como PP, PSD e PL têm defendido esperar a proposta do Ministério da Economia e que a pressa seria para Maia entregar a reforma como uma marca pessoal, mas que não haveria como construir um acordo em torno de um tema tão complexo em poucos dias.

Esse grupo também decidiu, segundo três líderes ouvidos pelo **Valor**, que haverá um tratamento diferenciado para saúde, educação e transportes. A unificação de ISS, ICMS, IPI, Pis e Cofins da PEC 45 original estabelece uma alíquota única para todos os bens e serviços, mas esses três hoje tem tributação favorecida e devem manter a carga tributária menor para evitar aumento nos preços para a população.

Ribeiro e Baleia se reuniram com o ministro Paulo Guedes anteontem, que pediu para que esperem o fim do segundo turno das eleições, no domingo. Há um acordo entre os aliados de Maia para que a desoneração da folha de salários e mudanças no imposto de renda defendidas pelo governo fiquem para uma segunda etapa, por lei. A criação de uma CPMF para substituir os encargos sobre a folha está liberada, disse um líder, desde que algum partido “tenha coragem” de propor isso no plenário. Caberia ao governo convencer sua base a propor essa emenda e que 308 deputados votem a favor.

A efetiva aplicação da tributação progressiva sobre a renda e patrimônio também ficaria para essa segunda etapa. O parecer não terá as regras de como isso será, mas conterà os comandos constitucionais, segundo três fontes ouvidas pelo **Valor**. A regulamentação (e efetiva implantação) dependerá de leis ordinárias ou complementares.

O combinado é que a Constituição passe a prever explicitamente a tributação dos lucros e dividendos de empresas, hoje proibida por uma lei. Terá que ser aprovada nova lei para determinar alíquotas e as regras. Mas isso dará espaço para questionamentos no Judiciário sobre a isenção.

Já a tributação progressiva sobre herança constaria como dispositivo transitório. O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) é de competência dos Estados, que teriam que reformá-lo para se adequar à nova previsão. Segundo dois parlamentares, seria aumentada a alíquota máxima, hoje de 8%, o que pode ocorrer por resolução da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Na questão do patrimônio, a Constituição dirá que os tributos devem cobrar mais dos que ganham mais. Novamente, essas regras estão em leis e dependerão de reformas infraconstitucionais posteriores. Uma das sinalizações do relator é de que será incluída cobrança de Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA) de aeronaves e barcos a motor.

Para o deputado Afonso Florence (PT-BA), que negocia pela oposição, o princípio da capacidade contributiva não foi suficiente para garantir que os mais ricos paguem proporcionalmente mais que os mais pobres e deve ser substituído pela expressão “progressivos”. “Na medida em que o relator incorpore a constitucionalização da tributação progressiva de renda e patrimônio, devemos encaminhar juntos. Não somos contra a simplificação, somos contra a simplificação de forma isolada”, disse.

A proposta da oposição também é de constitucionalizar uma política de valorização do salário mínimo, cobrar mais de agrotóxicos, bebidas alcoólicas, açucaradas e ultraprocessadas, mas o ponto central é a questão do patrimônio e renda. Apesar das tratativas, os partidos esperam o parecer para decidirem se apoiam.

Onda de otimismo bate mais forte na bolsa brasileira

As ondas de otimismo dos mercados financeiros recentes e a atual diferem. Há no curto prazo a possibilidade de vacinação segura em massa contra a covid-19 e ela também chegou à bolsa brasileira. Com o ingresso de R\$ 26,7 bilhões até o dia 23, o Ibovespa alcançou o maior nível de pontos em nove meses e acumulou alta de 16,85% no mês, a maior do ano. A distensão dos mercados foi ampliada pela vitória de Joe Biden e a saída de cena de um fator maiúsculo de instabilidade, o presidente Donald Trump. Os mercados olham à frente com confiança, mas podem mudar de ideia. No caso do Brasil, o movimento de alta não parece sustentável.

Com a principal arma para assegurar a volta à normalidade econômica e social à mão - vacinas seguras e eficientes -, a busca por rentabilidade levantou as bolsas de países sob desconfiança e com desequilíbrios econômicos. A bolsa brasileira (em dólar) foi a que mais se valorizou, com 24,81%, seguida pela da instável Turquia (24%), do México, Rússia e África do Sul. À medida que os preços dos ativos se realocam haverá diferenciação, mas o movimento de aceitação do risco não vem dos fundamentos destes países, mas de fora.

Os países emergentes subiram na escala de atratividade dos investidores externos, com o índice MSCI de bolsas subindo 50% em relação ao vale de março, durante a pandemia. Eles despejaram US\$ 22 bilhões nos mercados de ações apenas em novembro, segundo o IIF (FT, ontem). Pesquisa do Bank of America revela que um em cada dois administradores de fundos colocou os emergentes no topo da lista de prioridades.

Os investidores estão colocando preços em ativos com base naquilo que pode dar certo em um mundo que se livrará da covid-19 possivelmente em 2021. Reavaliarão suas premissas assim que algo der errado, e há boas doses de risco à frente. Mais estímulos fiscais e continuidade ou ampliação dos estímulos monetários com os democratas no poder nos EUA deveriam assegurar, por exemplo, a queda do dólar, que beneficiaria os emergentes em geral e os mais atolados em dívidas em particular (não é o caso do Brasil), além de dar alívio a dívidas das empresas.

No entanto, o contágio da covid-19 está se intensificando na Europa, nos Estados Unidos e, possivelmente, no Brasil. Ainda que as medidas de contenção sejam agora menos severas e provoquem menores danos econômicos, retardarão a retomada, enfraquecendo-a no quarto trimestre. A perspectiva de um Senado republicano nos EUA, se concretizada, tornará bem mais difícil a aprovação de pacotes fiscais à altura das necessidades, como ocorreu em novembro.

Mesmo em um cenário em que tudo vá bem, pode haver instabilidade. Com a vacina, o setor de serviços, que tem reagido com menor intensidade que a produção na retomada, deverá encontrar seu ritmo normal, o que torna possível uma antecipação no calendário da inflação e reversão dos sinais do Fed de que irá com juros perto do zero até 2024. Com recuperação mais robusta, a volta da simples especulação sobre quando o Fed voltará a elevar os juros tende a provocar sobressaltos maiores em um mundo muito mais endividado do que antes da pandemia.

No curto prazo, o otimismo dos mercados é benéfico ao Brasil. A queda do dólar, cuja duração oscilará ao sabor das soluções fiscais que surgirem no horizonte, pode reverter parte da forte pressão sobre os preços em um momento em que a alta da inflação se mostra mais prolongada do que o previsto - embora distante da meta. A busca do risco ajuda a rolagem da dívida pública. Em outubro o volume da dívida mobiliária interna em mãos de investidores estrangeiros já subiu de 9,44% para 9,79%, com aporte de R\$ 25 bilhões.

Com algum arrefecimento da pressão cambial sobre a inflação, os juros poderão continuar por mais tempo em seus baixos níveis atuais e a rolagem da dívida se tornar menos custosa e mais suave do que foi nos últimos meses. No entanto, os juros longos se descolaram dos curtos, sinalizando que a Selic a 2% não é sustentável e que a inflação será maior, ambos sustentados pela desconfiança sobre a sustentabilidade fiscal do Brasil. Essa desconfiança só abrandará quando cessar (se cessar) a indecisão do governo, especialmente a do presidente, sobre rumos para as contas fiscais, o teto de gastos (ou alternativa crível a ele) e as reformas, que não andam.

É provável que mais uma folga dada pelo cenário externo seja desperdiçada, embora seja mais uma oportunidade de acertar o prumo e voltar ao crescimento.

Taxa de câmbio, os próximos passos

Por duas décadas, juros domésticos bem acima dos internacionais foram um alicerce da política macroeconômica brasileira. E o “tripé” de metas de inflação, superávits primários e taxa de câmbio flutuante deu confiança aos investidores. As consequências foram possibilidades de arbitragem, capital financeiro abundante e dólar barato.

O barateamento do dólar às custas de juros altos teve consequências.

Primeiro, alguns meses atrás o ministro da Economia soou o alarme: um dólar barato incentiva as importações, e compromete as exportações e a produção de produtos que concorrem com as importações. As consequências são desequilíbrio externo e perda de produção doméstica, emprego e renda. Entre pressão baixista sobre o preço de seus produtos e crédito caro a participação da indústria no PIB caiu de mais de 25% a menos de 10% em anos recentes.

A redução da taxa de juros e o aumento do dólar, corrigiram uma anomalia que perdurou por muito tempo

Segundo: juros altos fizeram com que juros sobre a dívida pública cheguem a 8-9% do PIB. Em 2016, 80% da dívida representava o acumulado de juros e 20% representava o acumulado de déficits primários. Juros altos mantiveram o dólar barato às custas de uma conta fiscal de juros cara.

Terceiro, o regime fiscal perdeu estabilidade. Se a taxa de juros for maior do que o taxa de crescimento, a relação dívida pública/PIB só pode ser estabilizada às custas de superávits primários. Quanto maior a diferença entre crescimento e juros, maior é o superávit primário necessário. Taxas de crescimento baixas e juros altos tornaram necessários superávits primários às custas do investimento público essencial ao crescimento. Com recessão em 2015-16, baixo crescimento, covid-19 e consequente redução de receitas fiscais, a estabilização da dívida pública em relação ao PIB virou missão impossível.

Quarto: dívida externa. Empresas nacionais e estrangeiras com sede no Brasil, e investidores estrangeiros se endividaram em dólares, yens ou euros a juros negligenciáveis e compraram títulos da dívida pública ou privada em reais a juros altos. Ou repassaram esses recursos às sedes ou filiais através de empréstimos intercompanhias. Relatórios recentes do FMI, BC, e BIS indicam que a maioria dos recursos assim obtidos não financiaram investimentos. Fortaleceram recursos de tesouraria e foram aplicados em títulos da dívida pública ou privada. A dívida externa do Brasil, US\$ 190 bilhões, 18% do PIB em 2005, chegou a US\$ 600 bilhões em anos recentes, 37% do PIB em 2019.

A boa notícia é que a dívida externa do governo é negligenciável. O governo tomou a sábia decisão de não se endividar em moeda estrangeira. Mas em crises dívidas privadas viram dívidas públicas. Curiosamente o aumento da dívida externa privada atraiu pouca atenção apesar de se tratar de uma dívida externa mormente contraída para financiar operações financeiras que empobrecem o país.

Nesse contexto, as decisões recentes do BC de reduzir a taxa de juros, diminuir a dependência do país ao capital financeiro e deixar subir o preço do dólar é um grande passo no restabelecimento de uma macroeconomia mais orientada à economia real e ao crescimento. Mas esse ajuste, em vez de aplausos, atraiu preocupação e alarme.

Executivos de instituições financeiras e funcionários do governo alertam que o real foi, no mundo, a moeda que mais se depreciou em 2020. Apontam como causa da saída de capital financeiro não a redução do diferencial entre taxas de juros domésticas e internacionais, mas à incerteza criada pelo aumento da dívida pública. Evidência dessa incerteza estaria no aumento das taxas de juros de títulos da dívida pública de 10 anos. Essa narrativa sugere que para evitar o descontrole do câmbio e o retorno da inflação o governo deveria voltar à austeridade fiscal abandonada na pandemia e o BC deveria voltar ao regime de taxas de juros altas.

Até agora, o BC, o Tesouro e os mercados reagiram bem. Nos leilões de letras do Tesouro não houve indicação de que o mercado rejeitava títulos públicos, mas houve uma preferência por títulos de curto prazo.

Ainda que seu custo tenha diminuído, é possível que o aumento da dívida tenha contribuído ao aumento de juros longos. Mas é também possível que tenham subido devido à direção incerta da política fiscal e monetária. Há consciência de que o aumento do gasto público em 2020 e consequente aumento da dívida pública é o que permitiu uma redução do PIB menor do que prevista e, sobretudo, salvou uma grande parte da população da pauperização.

Há pressão para manter esses gastos. Um dos mais respeitados ex-presidentes do BC afirmou recentemente a

respeito do furo do teto de gastos “Não é questão de se, mas quando”. Muitos outros temem o aumento da dívida pública e retorno à inflação alta. No traçado dos próximos passos várias realidades são importantes.

1. Por décadas o país permitiu um dólar barato, sem relação com as necessidades da economia, com consequências negativas sobre a produção, o emprego, o crescimento e vulnerabilidades associadas à dívida externa. A redução da taxa de juros a níveis mais razoáveis e o aumento do dólar, necessário e talvez ainda insuficiente, corrigiram uma anomalia que perdurou por tanto tempo que acabamos considerando-a normal. Seria um erro voltar atrás.
2. Um real forte prejudicaria a produção e diminuiria a demanda externa, num momento no qual a capacidade ociosa continua alta, assim como o desemprego.
3. O dólar barato manteve artificialmente baixo o preço das importações e produtos que concorrem com as importações, incluindo alimentos. A correção é necessária e justifica uma extensão do auxílio público, não um recuo do progresso feito em relação a juros e taxa de câmbio. A história, nossa e outras, mostram que combater aumentos de preços pela valorização da taxa de câmbio é uma política com custos altos e resultados duvidosos.
4. Uma dívida pública de 150% do PIB com juros a 2% tem o mesmo custo do que uma de 75% do PIB com juros a 4%.

Quais seriam os próximos passos?

O mais importante é não tentar refortalecer o real. Políticas defensoras de uma taxa cambial raramente dão certo. A melhor política é deixar o câmbio deslizar para um real mais baixo e mantê-lo baixo.

Seria também importante o BC indicar que no contexto internacional de taxas de juro zero ou negativas esperadas nos próximos anos, seu objetivo é minimizar a diferença entre a Selic e taxas internacionais, não permitir a valorização do real e, como outros bancos centrais, comprar títulos a dez anos para reduzir a taxa de longo prazo. Finalmente, como fez o Fed., clarificar que a meta de inflação deve ser entendida como uma média sobre vários anos.

Dará certo? Não podemos garantir. Mas podemos garantir que essas medidas podem nos aproximar de uma trajetória de crescimento sem o qual não há solução.

Carlos Luque é professor da FEA- USP e presidente da Fipe.

Simão Silber é professor da FEA-USP.

Francisco Vidal Luna é professor da FEA aposentado.

Roberto Zagher foi professor Assistente na FEA-USP nos anos 1970 e no Banco Mundial a partir de 1980, onde encerrou a carreira em 2012 como Secretário da Comissão sobre o Crescimento e o Desenvolvimento, e diretor para a Índia.

Pandemia muda rotina de auditor e dificulta fechamento dos balanços

O fim do ano costuma ser o período mais intenso de trabalho dos auditores contábeis, responsáveis por examinar e atestar a veracidade das informações prestadas pelas empresas. É nessa época que esses profissionais se debruçam sobre os registros das atividades realizadas por seus clientes no ano todo e revisam as informações financeiras que serão apresentadas ao mercado no começo do ano seguinte.

Com a pandemia, o que já era trabalho árduo ficou ainda mais difícil. E agora, em meio ao temor com o aumento de casos da covid-19, os auditores precisam adaptar tarefas que demandam a presença física, como a contagem de estoques de uma fábrica.

Para que não haja queda no nível de qualidade será necessário um planejamento maior e mais tempo, segundo o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). “Se no passado era comum que 50 pessoas acompanhassem um inventário físico, por exemplo, isso se tornou impossível hoje em dia. É preciso ter menos pessoas no ambiente de trabalho e uma série de protocolos que precisam ser atendidos”, diz Valdir Coscodai, diretor técnico do Ibracon.

Também é necessária uma maior coordenação com os clientes para garantir que os protocolos de segurança sejam seguidos e que todas as informações necessárias estejam disponíveis, evitando a necessidade de saídas adicionais. As empresas provavelmente devem utilizar mais recursos tecnológicos como drones, para avaliar se o que existe fisicamente é o mesmo que está registrado na contabilidade. “O que era visto como uma ferramenta sofisticada passar a ser mais comum após a pandemia”, diz Coscodai.

A crise sanitária mudou a forma de trabalho em muitas áreas, mas especialmente na dos auditores, segundo Cláudio Sertório, sócio-líder da prática de Serviços Financeiros da KPMG no Brasil. Isso porque em boa parte do tempo eles atuavam diretamente dos escritórios dos clientes, aproveitando a proximidade para acompanhar processos e checar informações de forma mais rápida. “Tradicionalmente era assim. O auditor fazia parte do convívio na empresa, ficava próximo da área contábil, ouvindo clientes e captando sinais”, diz Sertório.

Com a transferência para o ambiente virtual, garantir a qualidade de comunicação com as empresas passou a ser uma nova preocupação das firmas. “A pandemia acabou acelerando novos modelos de trabalho, levando à necessidade de um maior contato com os clientes e de uma maior frequência de reuniões”, afirma Bruce Mescher, sócio de auditoria da Deloitte Brasil.

Outra mudança importante foi na simplificação de processos, como a averiguação de documentos. “Uma das tarefas do auditor era mandar para clientes, bancos e fornecedores uma carta de confirmação de saldos, que precisava ser assinada manualmente. Fora isso, os clientes tinham que assinar manualmente um documento chamado de carta de reapresentação, afirmando que eram os responsáveis pela estrutura de controles internos. Com a pandemia, o envio e a assinatura dos documentos passaram a ser feitas de forma eletrônica”, diz Claudio Camargo, sócio de auditoria da EY.

A crise sanitária, assim como em outras áreas, também acelerou a transformação digital, segundo Fabio Cajazeira, sócio da PwC Brasil. “Tivemos que fazer um uso intensivo de ferramentas de tecnologia, como as de análise de dados, que antes eram usadas em menor escala. A grande prova de fogo foi utilizá-las de forma massiva e em um ambiente totalmente remoto”, diz ele.

Tributação dos CBios ainda gera dúvidas e pode ser judicializada

A falta de uma diretriz oficial sobre como recolher os tributos PIS e Cofins sobre a compra e a venda dos Créditos de Descarbonização (CBio) - o primeiro mercado regulado de carbono do país voltado ao estímulo de biocombustíveis, que começou a operar neste ano - pode gerar autuações da Receita Federal e, segundo especialistas, levar à judicialização da questão caso não haja uma definição infralegal.

Na raiz do problema está o caráter único do CBio, que em sua criação não foi caracterizado nem como um ativo financeiro nem como um produto do objetivo final dos produtores de biocombustíveis, mas sim como um “ativo ambiental” - figura jurídica inexistente até então.

Essa indefinição paira sobre um mercado que já movimentou quase R\$ 700 milhões desde o início das negociações dos papéis na B3 até o último dia 24. E as negociações continuam avançando, conforme se aproxima o prazo para que as distribuidoras, que são obrigadas a comprar os CBios, comprovem o atendimento às metas de descarbonização estabelecidas para este ano (e da última semana de 2019). Cada CBio equivale a 1 tonelada de carbono de emissão evitada.

A tributação de imposto de renda sobre a venda dos CBios já havia sido equacionada na chamada “Lei do Agro”, que determinou uma alíquota de 15%, retido na fonte. “Mas a lei só disse que o imposto de renda não entra na base de cálculo [do emissor do CBio]. Não tratou do PIS/Cofins, o que deixa uma lacuna aberta”, afirma Felipe Destri, sócio do BMA Advogados.

“A natureza dessa receita [se é operacional ou financeira] é importante para que se defina como ela é tributada no regime não cumulativo, e é importante nas discussões sobre as apropriações de créditos - ou se não é o caso de crédito, caso seja considerada receita financeira”, afirmou Fernanda Sá Freire, sócia do escritório Machado Meyer.

Caso os produtores de biocombustíveis que estão vendendo esses títulos reconheçam essas receitas como operacionais, a alíquota de PIS/Cofins para as empresas no regime não cumulativo (no qual se encaixa a ampla maioria das empresas do agronegócio) é de 9,25%. Mas, caso se trate de uma receita financeira, a alíquota é de 4,65%.

No caso de uma empresa que se enquadre no regime cumulativo, a alíquota é de 3,65% para as receitas operacionais. “Mas se o CBio não é a atividade principal da empresa, se isso não faz parte do seu objetivo social, ela pode defender que não tenha cobrança PIS e Cofins no regime cumulativo”, observa Destri.

Na opinião de Freire, o CBio se aproxima mais das características de um ativo financeiro, já que o título é vendido por agentes financeiros na B3, passa pela escrituração dos bancos e pode ser negociado por especuladores. “A lei não tem uma definição clara sobre o que é receita financeira, nem restringe o que não é”.

Porém, a advogada reconhece que o CBio tem particularidades que escapam aos de um ativo financeiro normal. “Quando se pensa em receita financeira, pensa-se em acréscimos com operações financeiras, e aqui não é bem isso”, pondera ela.

Já a favor da interpretação de que o CBio é uma receita operacional pesa o fato de que o ativo só é gerado como resultado da atividade de fabricação de biocombustível após a certificação do produtor e da comprovação da venda do produto renovável à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). “Por isso, também é factível entender que o CBio deva ser tributado como outra receita qualquer da empresa”, disse Diogo Martins Teixeira, também sócio do Machado Meyer.

A indefinição sobre o PIS/Cofins dos CBios não afeta apenas quem vende os títulos, mas também quem compra. Se as distribuidoras reconhecerem as despesas com os títulos como de caráter operacional, poderão reconhecer créditos de PIS/Cofins referentes a essas transações, dizem os tributaristas. Já se a despesa com CBios for entendida como meramente financeira, esses créditos não poderão ser reconhecidos.

Na visão de Leandro Artioli, que também é sócio do BMA Advogados, as distribuidoras enfrentam outra indefinição, sobre se o custo com os CBios pode ser dedutível da apuração do IR como despesa operacional. “Deveria ser, porque ela é obrigada a adquirir os CBios”, sustenta.

A saída para a tributação do PIS/Cofins pode ser uma instrução normativa da Receita. Em nota ao **Valor**, a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), que representa as usinas do Centro-Sul, principais participantes do RenovaBio, disse que aguarda uma instrução do fisco, mas avaliou que “a questão em nada afeta o andamento do programa”. Procurada, a Receita se pronunciou.

Tesouro fez emissão recorde de R\$ 173 bi em outubro

As emissões da dívida pública federal somaram R\$ 173,26 bilhões em outubro, no que foi o maior volume da série histórica, iniciada em 2006. O nível elevado de colocações tem por objetivo suprir a necessidade de financiamento do governo frente à pandemia, mas também garantir a manutenção do caixa acima do limite prudencial, de acordo com o Tesouro Nacional. Em outubro, a dívida pública subiu 2,47% e chegou a R\$ 4,64 trilhões.

Segundo o coordenador de operações da dívida pública, Roberto Lobarinhas, o Tesouro vai chegar ao final do ano com o caixa em patamar acima do prudencial e em nível suficiente para fazer frente aos compromissos dos quatro primeiros meses do próximo ano, período no qual os vencimentos programados ultrapassam R\$ 650 bilhões.

Ainda sobre a posição de caixa, o coordenador-geral de planejamento estratégico da dívida, Luiz Fernando Alves, acrescentou que nos últimos meses o Tesouro entendeu as condições de mercado e ajustou sua estratégia de emissões justamente pensando em “criar condições de captar volumes maiores nos últimos meses”. Como consequência, disse, foi possível fortalecer a posição de caixa. “Foi fundamental também a transferência de resultados do Banco Central para o Tesouro.”

Durante a apresentação dos dados da Dívida Pública Federal (DPF) de outubro, Lobarinhas destacou que, apesar da volatilidade registrada no mês passado, foi possível fazer boas colocações. No mês, os resgates, por sua vez, somaram R\$ 97,3 bilhões, resultando em uma emissão líquida de R\$ 76 bilhões. Com isso, pela primeira vez no ano, o Tesouro passou a acumular uma colocação líquida.

Na avaliação da secretaria, as expectativas de novos estímulos econômicos nos EUA e as perspectivas do resultado das eleições americanas contribuíram para a melhora dos mercados em outubro. Isso apesar da cautela em relação ao aumento de casos de covid-19, principalmente na Europa.

No mercado doméstico de juros futuros, no entanto, as taxas não refletiram de maneira significativa a melhora do ambiente externo, em decorrência das pressões inflacionárias internas e das incertezas quanto aos rumos da política fiscal, o que acabou contribuindo para gerar “volatilidade nos prazos intermediários e longos da curva de juros”. As dúvidas com relação ao fiscal continuam gerando turbulências em novembro.

Um destaque positivo de outubro, destaca o Tesouro, foi o aumento da participação de estrangeiros na dívida, que ficou em 9,79%, na sua terceira alta mensal consecutiva. Segundo Lobarinhas, no entanto, ainda é cedo para dizer se esse retorno será sustentado.

No mês passado, houve novamente aumento do percentual da dívida a vencer em 12 meses, que passou de 26% em setembro para 27,6%, devido ao impacto das emissões com vencimento inferior a um ano. O prazo médio da dívida foi de 3,83 anos para 3,77 anos. Para o Tesouro, os destaques nas emissões continuam sendo os títulos prefixados de seis meses e de 12 meses, considerando a atual preferência dos investidores por ativos menos arriscados e mais líquidos.

Além disso, apesar de o custo médio de emissão ter apresentado o menor valor da série, o custo médio do estoque subiu de 8,72% ao ano em setembro para 9,04%. Isso reflete os impactos da pressão inflacionária e da desvalorização cambial, avalia o Tesouro.

Questionado sobre a elevação do prêmio de risco das LFTs, Lobarinhas disse que outubro foi um mês com alta volatilidade e o papel não foi uma exceção. De acordo com ele, no entanto, os prêmios no título atrelado à Selic têm se estabilizado nas últimas semanas, o que favorece a demanda.

Sobre a existência de uma janela para emissão externa, disse apenas que a atuação do Tesouro no mercado internacional é pautada por caráter qualitativo e o financiamento está baseado no mercado doméstico. Acrescentou ainda que a secretaria não antecipa atuações.

O não pagamento de ICMS como crime único

O que era expectativa tornou-se uma apreensiva realidade. Quando o Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF), em dezembro do ano passado, decidiu ser crime o não pagamento do ICMS próprio, era de se esperar a abertura de inquéritos e de ações penais contra comerciantes inadimplentes. Não demorou muito.

Notícias de investigações, processos e bloqueios de bens contra empresários nesta situação - cujo número não é pequeno diante das dificuldades econômicas oriundas da pandemia - revelam a assimilação rápida da orientação do Supremo.

Um ou poucos atos de não pagamento não são suficientes para a infração, apenas o conjunto de reiteradas inadimplências

Na última semana, a decisão foi finalmente publicada e seus fundamentos vieram a público. A longa peça de 210 páginas discorre sobre o histórico da legislação criminal referente ao ICMS, as estatísticas de inadimplência, aspectos dogmáticos e de política criminal sobre as opções do legislador diante do não pagamento do tributo em questão.

Porém, há uma consequência pouco comentada que parece surgir das premissas fixadas pela decisão da Corte.

Lendo-se o acórdão, percebe-se que o STF não decidiu que a inadimplência de ICMS é criminosa em qualquer hipótese. Ficaram demarcados com clareza seus limites: apenas devedores contumazes praticam o delito. Segundo o relator, ministro Luis Roberto Barroso: “é preciso, portanto, que se constate que a inadimplência do devedor é reiterada, sistemática, contumaz, verdadeiro modelo negocial do empresário” e que “além da própria conduta atual de inadimplência reiterada, também deve-se levar em consideração o histórico de regularidade de recolhimentos tributários do agente, apesar de episódios de não recolhimentos específicos, justificados por fatores determinados”

Assim, se o comerciante deixa de pagar ICMS de forma pontual, por um problema financeiro concreto, mas apresenta um histórico de adimplência fiscal, não pratica o crime, na visão do voto do relator. Por outro lado, se a prática for contumaz existirá o delito. Em outras palavras, um ou poucos atos de não pagamento não são suficientes para a infração, apenas o conjunto de reiteradas inadimplências revelaria o crime descrito no artigo 2º, II da Lei 8.137/90.

A adoção desse critério tem consequências práticas importantes. A exigência da contumácia indica que o crime em questão só existe se for habitual, ou seja, só ocorre quando existir a reiteração de atos, com regularidade, porque a prática da inadimplência isolada é irrelevante ou indiferente ao direito penal.

O ponto central: em direito penal, o crime habitual, embora composto de vários atos, não consiste em diversos delitos, mas em um único. É o que ocorre com o exercício ilegal de medicina, o curandeirismo, a gestão fraudulenta. Ainda que o agente atenda pacientes ou prescreva medicamentos sem autorização, ou realize vários atos ilegais na gestão de instituição financeira, sempre será acusado de um único delito.

Ao caracterizar a inadimplência do ICMS como crime habitual o STF reconhece que a prática seguida de diversos não pagamentos, por longos períodos constitui um único crime, e não vários. A interpretação sistemática da norma penal, e a redação da decisão ora publicada não deixam espaços para interpretações diferentes.

Uma vez que a pena prevista para o delito em questão é de 6 meses a 2 anos de reclusão e multa, será sempre possível a transação penal, a suspensão condicional do processo ou a não persecução penal, a depender do caso concreto e das circunstâncias da atividade do comerciante, mesmo que a inadimplência ocorra por um longo período, praticada inúmeras vezes.

O próprio acórdão da Corte Suprema reconhece que “as consequências do reconhecimento da tipicidade da conduta não são excessivamente gravosas aos comerciantes” uma vez que “é virtualmente impossível que alguém seja efetivamente preso em razão de condenação pela prática do delito” em análise, apontando a possibilidade do uso de instrumentos de solução consensual do caso sem o julgamento.

Ainda há muito a ser analisado e discutido em decorrência desta decisão, mas a correta caracterização do crime e suas consequências é um primeiro passo para a aplicação coerente e racional de uma orientação que por ora pautará a conduta de juízes, promotores e comerciantes pelo país.

Pierpaolo Cruz Bottini é advogado e professor de direito penal da USP.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

São Paulo abre negociação para recuperar dívida ativa

Empresas inscritas na dívida ativa de São Paulo poderão negociar o pagamento dos débitos com o governo estadual. A exemplo do que já ocorre na esfera federal, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) publicou a Resolução PGE nº 27, que autoriza a negociação no Estado. A norma já está em vigor, mas só produz efeitos a partir de 10 de dezembro.

O estoque da dívida ativa estadual é de R\$ 336 bilhões. A PGE espera recuperar, com a negociações, pelo menos 10% do valor ao longo de cinco anos.

Serão abertas duas modalidades de transação, uma individual e a outra por adesão, forma eletrônica em que o devedor opta pela proposta a ser apresentada pela PGE para dívidas de até R\$ 10 milhões. O primeiro edital deve sair em meados de dezembro e englobar empresas em recuperação judicial.

O devedor já pode procurar a PGE, segundo João Pietropaolo, subprocurador-geral do Contencioso Tributário-Fiscal da PGE. O prazo de 10 de dezembro existe por causa da necessidade de regulamentação da classificação (rating) das dívidas. Os critérios deverão ser publicados na próxima semana.

O desconto será só sobre juros e multa, aplicado de forma inversamente proporcional ao grau de recuperabilidade da dívida. Os prazos de pagamento serão de cinco anos e as parcelas devem ser, no mínimo, de 20% da receita bruta no ano anterior. Nos casos de recuperação judicial, o prazo é de 84 meses.

Dívida com índice máximo de recuperação vai receber a nota A. A escala vai até a nota D, que inclui as consideradas irrecuperáveis. Na última categoria estão créditos consolidados de proponentes em recuperação judicial ou extrajudicial, em liquidação judicial, em intervenção ou liquidação extrajudicial e aqueles com CPF ou base do CNPJ baixado ou inapto.

O contribuinte só terá conhecimento da nota após o oferecimento de proposta ou adesão ao edital. Os descontos serão de 20% sobre juros e multas no rating A, até o limite de 10% do valor total atualizado da dívida, na data do deferimento. No rating B, também 20% sobre juros e multas, até o limite de 15%.

O desconto é de 40% para dívidas com notas C e D, sendo o limite de 20% do total na primeira e 30% na outra. Para transações com microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, os limites serão de 30% para A e B e de 50% para C e D.

De acordo com o advogado Marcelo Bolognese, a proposta é pouco atrativa se comparada à federal, além de confusa e complexa. “Vai ter um rating para o contribuinte, mas o débito de ICMS terá um rating à parte”, afirma.

As parcelas não podem ser inferiores a 20% da receita bruta média do último exercício, o que deixa os valores altos, segundo Bolognese. “Para as exceções, como quem faturou menos que o normal em 2019, vale aderir, mas para quem está na situação regular, não”, diz.

Para Thiago Bravo, sócio da Tax Advice, apesar de a transação parecer eficaz para os contribuintes que precisam da regularização fiscal com reduções nas cobranças, dois pontos não estão claros. Um é quando a resolução afirma que em alguns casos poderá ser exigida uma garantia prévia à transação, mas não especifica em quais casos.

O advogado também considera estranha a previsão de que, em casos de rescisão, os débitos retornarão à situação anterior, como se não tivesse ocorrido a transação. “A PGE não esclarece se o valor pago será abatido do montante total, o que seria uma ilegalidade na norma, passível de judicialização”, afirma.

“Achamos bom que os advogados pensem que não há muitos atrativos. Não é para ter atrativos mesmo”, afirma Pietropaolo. De acordo com o procurador, a PGE não quer estimular os contribuintes a se tornarem devedores, pensando que terão condições melhores de pagamento no futuro, mas recuperar valores que já estão na dívida ativa.

Para Pietropaolo, apesar de o desconto ser menor que o oferecido pela União, há no Estado a possibilidade de participação de empresas com rating A e B, o que não existe no federal. “A intenção era ser mais severo que a transação federal nos descontos.”

